

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

ADELSON OLIVEIRA FONSECA

A ATIVIDADE MINERADORA E SEUS IMPACTOS SOBRE O TURISMO EM
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

CAMPOS DOS GOYTACAZES - R
2013

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES
MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES

ADELSON OLIVEIRA FONSECA

A ATIVIDADE MINERADORA E SEUS IMPACTOS SOBRE O TURISMO EM
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Cândido Mendes – Campos/RJ, para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades.

Orientador: Prof. Rodrigo Machado Vilani.

FICHA CATALOGRÁFICA

Fonseca, Adelson Oliveira.

A atividade mineradora e seus impactos sobre o turismo em
Conceição do Mato Dentro / Adelson de Oliveira Fonseca, 2013.
86 f.: il.

Orientador: Rodrigo Machado Vilani

Dissertação (Mestrado) – Universidade Candido Mendes – UCAM.
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de
Cidades. Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de
Cidades, Campos dos Goytacazes, RJ, 2013.

1. Minas e recursos minerais – Conceição do Mato Dentro (MG). 2.
Turismo – Aspectos econômicos - Conceição do Mato Dentro (MG).
I. Vilani, Rodrigo Machado, orient. II. Universidade Candido Mendes.
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de
Cidades. III. Título.

ADELSON OLIVEIRA FONSECA

A ATIVIDADE MINERADORA E SEUS IMPACTOS SOBRE O TURISMO EM
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

Dissertação apresentada ao
PROGRAMA de Pós-Graduação em
Planejamento Regional e Gestão de
Cidades, da Universidade Cândido
Mendes – Campos/RJ, para a
obtenção do grau de MESTRE EM
PLANEJAMENTO REGIONAL E
GESTÃO DE CIDADES.

Aprovada em 23 de outubro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Rodrigo Machado Vilani, PhD
(UCAM)
(Orientador

Profª Elis de Araújo Miranda, PhD
(UCAM)

Profa. Dra. Antenora Maria da Mata Siqueira
(UFF)

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
2013

Dedico este trabalho a minha esposa Valéria e ao meu filho André com todo o meu afeto. E às memórias de Sylvio Antunes, meu pai, e Maria da Penha, minha mãe, com muita saudade.

AGRADECIMENTOS

A gestação dessa pesquisa durou mais de dois anos. Construída na sala da Universidade, na Biblioteca Nacional, no IBGE, nas pesquisas de campo em Conceição do Mato Dentro, ou mesmo em um canto qualquer da minha residência.

À medida que os textos iam sendo produzidos, foram submetidos às críticas daqueles que mais próximos de nós se encontravam. As respostas retornavam e o rolo compressor das críticas ajudava na lapidação das ideias e no enfrentamento das dificuldades do texto escrito.

Agradeço a vocês da turma de planejamento regional e gestão de cidades que nos escutaram e nos falaram de descobertas e de problemas, em especial à Clarícia, exemplo de dedicação, companheirismo e garra.

Sou muito grato também ao professor Rodrigo Vilani pela sua paciência e confiança, transmitida através de uma excelente orientação.

O resultado está aí neste trabalho e, mais uma vez, o ofereço a crítica de todos.

"Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados."

Mahatma Gandhi

RESUMO

A ATIVIDADE MINERADORA E SEUS IMPACTOS SOBRE O TURISMO EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

O objetivo do trabalho é identificar as principais transformações ocorridas no município de Conceição do Mato Dentro no estado de Minas Gerais a partir da atividade mineradora (entre os séculos XVIII e XXI) e compreender os impactos da mineração sobre o desenvolvimento do turismo na região. As análises buscam contribuir para o entendimento da realidade local tendo como perspectiva a trajetória da mineração, destacando a crescente importância da indústria extrativa para as finanças do município com a implantação do projeto Minas-Rio. Registraram-se também os limites e possibilidades para que atividade mineral consiga promover maiores encadeamentos para todo o conjunto econômico. Em razão da aptidão local para o turismo, o estudo investiga a relação entre a expansão da indústria extrativa mineral e o desenvolvimento desse setor na municipalidade. A partir desses apontamentos, o foco de análise passa a ser as alterações no padrão de desenvolvimento local. Por fim, é realizada uma avaliação da inserção econômica municipal na economia brasileira, destacando suas principais características e possíveis entraves a uma proposta de desenvolvimento mais ampliado e sustentado.

PALAVRAS-CHAVE: Atividade mineradora; Conceição do Mato Dentro; desenvolvimento sustentado; projeto Minas- Rio; turismo.

ABSTRACT

MINING ACTIVITY AND ITS IMPACTS ON TOURISM IN CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

The objective of this research is to identify the main changes in the municipality of Conceição do Mato Dentro in Minas Gerais state from mining activity (between the XVIII and XXI) and understand the impacts of mining on the development of tourism in that region. The analyzes seek to contribute to the understanding of the reality of that place taking the perspective of the mining trajectory, highlighting the growing importance of the mining industry for the finances of the municipality with the implementation of the Minas-Rio project. Recorded also the limits and the possibilities for mineral activity can promote greater linkages to the whole economy. Because fitness site for tourism, the study investigates the relationship between the expansion of the mining industry and the development of this sector in the municipality. From these observations, the focus of analysis becomes the changes in the pattern of local development. Finally, we performed an evaluation of municipal economic integration in the Brazilian economy, highlighting their main characteristics and the possible barriers to a proposed development enlarged and sustained.

Keywords: Mining activity, Conceição do Mato Dentro, development sustained, Minas-Rio, tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Mapa de Conceição do Mato Dentro e municípios do seu do entorno	12
Figura 2:	Placa da Borba Gato nas áreas de propriedade da Anglo Ferrous .	27
Figura 3:	Localização do Mineroduto Minas-Rio	28
Figura 4:	Mineroduto Minas-Rio	29
Figura 5:	O jubileu do Bom Jesus de Matosinhos em Conceição do Mato Dentro Completando 225 edições em junho de 2012	47
Figura 6:	Circuito Turístico da Estrada Real	48
Figura 7:	Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó	49
Figura 8:	Serra da Ferrugem- MG (2011) Exploração de minério de ferro	63
Figura 9:	Conceição do Mato Dentro (MG) Serra da Ferrugem planta de Beneficiamento	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Dados econômicos – pecuária - efetivo de rebanhos (cabeças)	37
Tabela 2:	Equipamentos mecânicos utilizados nos estabelecimentos Conceição do Mato Dentro (MG)	39
Tabela 3:	Utilização das terras (%) - Conceição do Mato Dentro (MG) 1970/2006	45
Tabela 4:	Principais exportadores mundiais de alimentos em 2010	41
Tabela 5:	PIB – Produto Interno Bruto - Conceição do Mato Dentro (MG) 2002-2006	43
Tabela 6:	Conceição do Mato Dentro_ calendário de Eventos para o Ano de 2013	46
Tabela 7:	Conceição do Mato Dentro (MG) – Índice Firjan de Desenvolvimento municipal	54
Tabela 8:	População residente, por localização urbana e rural Conceição do Mato Dentro - 1970- 2010	54
Tabela 9:	Área impactada pelo empreendimento	64

LISTA DE SIGLAS

CFEM	Compensação Financeira sobre a exploração de recursos minerais
CLIPA	Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEM	Indústria Extrativa Mineral
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
ITM	Indústria da Transformação Mineral
OMT	Organização Mundial do Trabalho
ONU	Organizações das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente

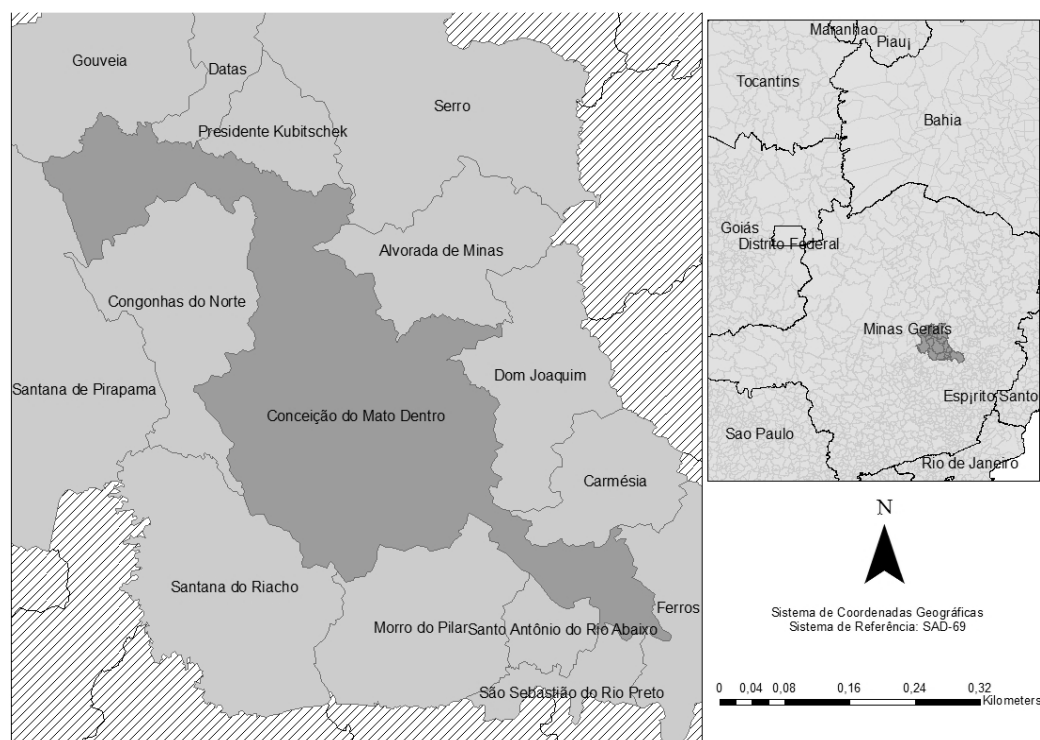
SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A ATIVIDADE MINERADORA EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO NO CONTEXTO DA MINERAÇÃO	18
2.1	O primeiro ciclo da mineração	19
2.2	O segundo ciclo da mineração: interiorização do desenvolvimento ou uma nova trajetória de	24
2.3	Possibilidades e desafios	33
3	POTENCIALIDADES SÓCIOECONÔMICAS	36
3.1	A agricultura e a pecuária no contexto municipal	36
3.2	Potencial turístico	42
3.3	Possibilidades e desafios	50
4	TOMBAMENTO DO COMPLEXO DA SERPENTINA: QUESTÃO CENTRAL PARA REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA PELA VIA MINERÁRIA	56
4.1	O papel do poder público	56
4.2	Impacto da mineração de ferro	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

1 INTRODUÇÃO

Conceição do Mato Dentro localiza-se, segundo a divisão vigente, na região central no estado de Minas Gerais, mais precisamente, na microrregião de planejamento de Conceição do Mato Dentro, possuindo uma área de 1.726,829 km² e uma população estimada de 17.908 habitantes. A citada microrregião, observada na figura 1, congrega, além do município que lhe dá nome, as cidades de Alvorada de Minas, Congonhas do Norte, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Sebastião do Rio Preto, Serro, Camésia, Ferros, Santana de Pirapama, Gouveia, Datas, Presidente Kubitschek e Santana do Riacho (IBGE, 2010).

Figura 1: Mapa de Conceição do Mato Dentro e municípios do seu do entorno



Fonte: IBGE

Para Piló (1980, p.18), “o município é considerado um santuário religioso encravado no meio da serra do Espinhaço.” Tem também tradição em festas religiosas, sendo a maior delas, a festa do Jubileu do Senhor Bom Jesus dos Matosinhos considerada a mais importante da região. Durante sua realização, em meados de junho, o foco se concentra na Igreja e no pensamento místico. Milhares de romeiros de áreas próximas e até de outras regiões invadem a cidade para

agradecer ao santo pelas glórias recebidas. Outros milhares rezam e pedem para serem ajudados.

Ainda na visão da autora acima, Piló (1980), há a observação de que suas igrejas e capelas datadas do século XVIII trazem, em detalhes, a arte barroca e simbolizam as reminiscências físicas e sociais do período áureo da exploração de ouro na região.

Já Silva e colaboradores (2005) destacam que o município está inserido na Reserva da Biosfera do Complexo da Serra do Espinhaço que data da era proterozóica, formada há cerca de dois bilhões e quinhentos milhões de anos atrás no início da vida na Terra. É uma área singular, repleta de espécies somente encontradas em seus vales e cercanias.

Para De Carvalho e Louzada (2007), é também o conjunto mais rico e vulnerável de Minas Gerais de acordo com o mapeamento ambiental e zoneamento ecológico econômico do estado. Encontra-se em meio a dois importantes biomas: o da Mata Atlântica e o do Cerrado. O lugar possui elevado valor arqueológico e paisagístico. Repleta de espécies de animais e de vegetais, possuindo assim uma rica biodiversidade. É uma espécie de santuário ecológico encravado no meio da serra do Espinhaço, que é reserva da biosfera e hidrosfera mundial.

No entanto, Becker (2009) enfatiza que o município é dotado de recursos paisagísticos únicos que lhe confere um forte potencial para o turismo. Possui um dos mais belos patrimônios formado por morros, colinas, vales e rios. É um ambiente com inúmeras opções e possibilidades de visita, um lugar de natureza exuberante com cachoeiras, cursos d'água, formações rochosas com paredes de pedras com pinturas rupestres.

Dados apresentados por Pereira e Machado (2008, p.19) mostram a preocupação por parte do poder público em tomba o patrimônio natural, histórico e arquitetônico da localidade: “através do Decreto nº 06/97 foi criado o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Conceição do Mato Dentro”, com o propósito de executar o tombamento dos bens culturais e naturais. Segundo as pesquisadoras, foi o conselho, composto por cinco membros e respectivos suplentes, que analisou e aprovou os tombamentos efetuados pela Lei Orgânica municipal.

Na primeira reunião de 2000, foi apresentada uma relação dos monumentos de maior importância natural, histórica e artística do município. Iniciou-se por edificações na sede do município, no distrito de Santo Antônio do Norte e Córregos, englobando residências, fazendas, cachoeiras, cânions e platôs de áreas de preservação ambiental (PEREIRA; MACHADO, 2008).

Em outubro de 2002, o conselho se reuniu com o Diretor de Proteção e Memória do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais para discutir a possibilidade de novos tombamentos estaduais no município, entre eles a serra da Ferrugem (IEPHA/MG, 2002).

Por sua vez, o parecer único SISEMA (2008) atesta que a cidade desde 2007 tem sofrido mudanças, colocando em risco esse patrimônio e o desenvolvimento de atividades de longo prazo como o turismo. Conceição do Mato Dentro será muito afetada pela mineração, porque dentre as atividades econômicas, a atividade mineradora provoca um dos passivos ambientais mais significativos, pois vem acompanhada de explosões, remove grandes quantidades de sedimentos, lançam, na atmosfera, poeira e gases, alteram e contaminam o lençol freático e ainda provocam grandes desmatamentos prejudicando a flora e a fauna da região.

A degradação do meio ambiente e da qualidade de vida no município e, conseqüentemente, na região, representam um problema que vem causando uma preocupação cada vez maior com as questões ambientais. O assunto levanta ainda importantes discussões do comportamento humano em relação à natureza. Isso porque a mesma foi transformada em bem de troca a serviço da expansão da atividade mineral.

Nesse contexto, a análise do modelo desenvolvimento sustentável ganha relevo, com o propósito de contribuir para o fortalecimento de políticas públicas locais e regionais, que reduzam os impactos e garantam a qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

O conceito de desenvolvimento sustentável como um novo paradigma de desenvolvimento teve origem no relatório de Brundtland em 1987. Este documento aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes. Tem por base o princípio de que o ser humano devia gastar os recursos naturais de acordo com a capacidade de renovação desses

recursos, para evitar o seu esgotamento. É fundamental que cada indivíduo seja um consumidor responsável (CMMAD, 1991).

A partir de então, no relatório da CCMAD (1991, p. 46) registra-se: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades.”

Para Brandão (2012, p.36), “para ser mantida a sustentabilidade ambiental há necessidade de se manter um tripé entre a sustentabilidade econômica e sócio-política.” O pesquisador sinaliza a importância de se articular as escalas (local, micro-regional, regional, nacional e global) e trabalhar a partir de uma visão mais ampla de meio ambiente considerando globalmente fatores de ordem física, econômica e social.

Na visão de Gouveia e Miranda (2012), há o destaque para os debates recentes, como aqueles proporcionadas pela RIO+20 (Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável), realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, no qual renovou-se o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, destacando sua importância para a sobrevivência no planeta, assim como, para a melhoria da qualidade de vida, o que comprova a existência da consciência de que os danos ambientais impõem limitações profundas à vida e esta realidade nova deve ser reconhecida e enfrentada.

Logo, no escopo dos esforços acadêmicos para o fortalecimento de políticas públicas, a pesquisa visa analisar os principais impactos locais e regionais causados pelos ciclos de mineração (entre os séculos XVIII e XXI), especificamente, se volta a compreender aqueles relacionados ao desenvolvimento do turismo na região.

Em relação ao ciclo atual da mineração, “as serras onde se situam os maciços pretendidos denominam-se Sapo e Ferrugem no município de Conceição do Mato Dentro nos arredores do distrito de São Sebastião do Bonsucesso” (SISEMA, 2008, p.04). Vale assinalar que o plano diretor da cidade, resolução nº 020/2003 proibia neste local qualquer tipo de exploração mineral que viesse a destruir o patrimônio natural e cultural. Em 2004, a Lei Orgânica do município, resolução nº 003/2004, artigo 172, § 8 tombou a serra Ferrugem. E por sua vez, no mesmo artigo 172, o § 9 acrescenta: “A exploração de recursos hídricos e minerais

do município não poderá comprometer os patrimônios naturais e culturais, sob pena de responsabilidade, na forma da lei.”

A partir destes apontamentos, a questão a ser reforçada diz respeito ao importante papel do poder público no processo de instalação da indústria extrativa mineral em Conceição do Mato Dentro. A importância do Estado está em evitar os erros do ciclo minerário do século XVIII e promover um modelo sustentável de desenvolvimento, de forma a assegurar a longevidade dos Patrimônios Natural, Histórico e Cultural de Conceição do Mato Dentro.

Diante do atual cenário da região e os impactos sobre os patrimônios a pesquisa tem por foco analisar a exploração de minério de ferro feito pela empresa Anglo Ferrous (subsidiária da Anglo American no Brasil) e seus impactos.

A dissertação é um estudo de caso. Para tanto, optou-se pela metodologia quali-quantitativa, realizada a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

Em virtude da escassez de referencial teórico específico relacionado ao objeto da pesquisa, se recorreu a matérias jornalísticas para suprimir a lacuna na construção dos elementos necessários para a análise proposta na pesquisa.

Primeiramente, com o intuito de subsidiar o início de uma reflexão, foram realizadas conversas e entrevistas informais, livres e semiestruturadas com cidadãos moradores do município. Optou-se por uma linha de trabalho baseado na construção de conceitos a partir da realidade empírica. O objetivo era obtenção de depoimentos de diferentes atores:

- Representantes da sociedade civil:
- Representantes dos atingidos; e
- Representantes do empreendimento.

Entretanto, registra-se que não foi possível entrevistar representantes da empresa mineradora Anglo Ferrous, pois a mesma não nos recebeu, se recusando a se manifestar. Em virtude das restrições da empresa se recorreu a entrevistas de seus representantes à imprensa.

Foram utilizados ainda dados secundários para análise cujas fontes são diversas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Lei Orgânica e o Plano Diretor do município de Conceição do Mato Dentro.

A partir das pesquisas de campo e documental, seguiu-se para o campo teórico, consultando inúmeras fontes bibliográficas. O referencial teórico centralizou-se na sistematização de bibliografias que abordam o tema central da dissertação: a mineração. Utilizou-se como referencial para a compreensão do empreendimento e seus principais impactos documentos protocolados junto ao órgão ambiental do estado, principalmente, o Parecer Único SISEMA Nº 001/2008: Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A.

A dissertação foi organizada em três capítulos. O capítulo “A Atividade mineradora em Conceição do Mato Dentro no Contexto da Mineração” que se reporta à caracterização do contexto histórico da municipalidade e o novo empreendimento minerador, analisando a crescente importância da indústria extrativa mineral para a economia e as finanças do município, ressaltando as possibilidades e os desafios para que esta atividade consiga promover maiores encadeamentos para aos demais setores produtivos.

O capítulo “Potencialidades Socioeconômicas” concentra o foco analítico na evolução da economia municipal após o primeiro ciclo minerário até a chegada do mega empreendimento da indústria extrativa em 2007. Objetiva-se, através da análise de diversos indicadores, compreender melhor o movimento da economia, identificando suas principais características e possíveis obstáculos a uma dinâmica de desenvolvimento. Ao longo do capítulo, observa-se o turismo como carro chefe das principais atividades produtivas durante o período em destaque.

Finalmente, o capítulo “Tombamento do Complexo da Serpentina: Questão Central para Reestruturação Econômica pela Via Minerária” investiga as transformações socioeconômicas e os impactos gerados pela mina em seu processo de extração do minério de ferro para o desenvolvimento do turismo na região. Concentra a análise no tombamento da serra da Ferrugem (conhecida em Conceição do Mato Dentro como complexo da Serpentina), que se tornou a questão central para a reestruturação econômica pela via minerária.

As considerações finais fazem a apresentação das conclusões decorrentes das apreciações feitas e uma avaliação da inserção econômica municipal na economia brasileira, destacando suas principais características e possíveis entraves a um esforço de desenvolvimento mais ampliado e sustentável através do turismo.

2 A ATIVIDADE MINERADORA EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO NO CONTEXTO DA MINERAÇÃO

O objetivo desse capítulo é analisar dois caminhos trilhados pela mineração no município de Conceição do Mato Dentro: da retração e suas consequências para os outros setores da economia, após a crise da atividade mineradora no século XVIII e da expansão, com a mineração em pleno desenvolvimento, a partir da migração da indústria extrativa em 2007, através do mega empreendimento na região feito pelo projeto Minas-Rio.

O projeto Minas-Rio é um projeto de exploração de minério de ferro na serra do Espinhaço em Minas Gerais. Envolve a implantação de um corredor logístico, composto por minas de minério de ferro, mineroduto e outras instalações, com o objetivo de extrair e beneficiar o minério da região da bacia do rio Santo Antônio, localizada no município de Conceição do Mato Dentro, transportá-lo através de mineroduto, que atravessará diversos municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e exportá-lo por meio do porto marítimo localizado no município de São João da Barra, no norte do estado do Rio de Janeiro (IBRAM, 2011).

O capítulo apresenta as linhas gerais do processo de formação econômica da região referente ao atual município de Conceição do Mato e sua inserção na economia colonial brasileira. Parte da economia do ouro no século XVIII, avaliando sua importância e a dependência da região a mineração. Destaca também a estrutura econômica e social criada com o modelo histórico de colonização, examinando uma sequência de eventos que contribuíram para o primeiro ciclo de mineração.

A partir da análise da trajetória de perdas causadas pelo esgotamento ou abandono das jazidas minerais, o estudo se direciona para o diagnóstico da questão central a pesquisa: o projeto Minas-Rio, inserido na região em 2007. Destaca a importância do empreendimento para as finanças do município e sua recuperação, apontando as possibilidades e os desafios para que esta atividade consiga promover maiores encadeamentos para os demais setores produtivos.

As duas questões principais discutidas foram:

1. A chegada do mega empreendimento mineral em Conceição do Mato Dentro indicaria um novo fio condutor do desenvolvimento e o fim do esvaziamento econômico?

2. Como o novo ciclo pode ser direcionado para o benefício de atividades de longo prazo e com baixo impacto ambiental?

2.1. O primeiro ciclo da mineração

O município de Conceição do Mato Dentro tem um passado escondido: o da mineração do ouro e o de diamantes. Uma história que tem ficado esquecida desde a chegada do projeto Minas-Rio em 2007. Dias (1994) enfatiza que no passado (1729-1760) a economia pujante da localidade estava vinculada à atividade extrativa mineral e encontrava-se condicionada a decisões que derivavam do exterior.

A mesma autora destaca que seu mecanismo de funcionamento se processava da seguinte maneira: o ouro gerava o poder das classes hegemônicas locais que detinham as principais jazidas; os gêneros de primeiras necessidades produzidos eram insuficientes para atender a população; o orçamento provinha, quase como um todo dessa atividade; e a economia era voltada para fora e baseada num só produto (DIAS, 1994).

Para Dias (1994), era um processo simples, pois com o crescimento da produção dos metais preciosos, ampliava-se a entrada de capitais que contribuíam para o aumento das importações. Com o acréscimo das importações, inibiu-se o surgimento de outras atividades, freando igualmente, a diversificação dos setores produtivos.

Portanto, a pesquisadora atesta que responsabilidade da mineração era grande, pois dela partiam os capitais para a importação de quase tudo, pois quase tudo provinha de fora. Com o dinheiro dessa atividade importava-se fumo, toicinho, queijos e outros produtos.

No mesmo sentido, Becker e Pereira (2011) afirmam que a mineração possui um lugar de destaque na história e na economia conceicionense, tendo Contribuído para a ocupação e a conquista territorial. E, a partir de 2007, com a chegada do projeto Minas-Rio na região, passou a ser considerado um setor estratégico, o carro chefe da economia, o meio mais importante para solucionar o problema de falta de recursos e um instrumento imprescindível para capitalizar o município, livrando-o das dificuldades que o escasso orçamento não pode resolver.

Entretanto, é importante fazer um alerta, a partir de Dias (1994), Moraes (1942) e Piló (1980), deve se destacar o registro Histórico da decadência econômica

da localidade que ocorreu em função da crise dessa atividade, ou seja, do esgotamento ou abandono das lavras ou jazidas.

Por sua vez, Dias (1994) expõe que Conceição do Mato Dentro foi incorporado muito cedo às influências externas da mineração. E o apogeu e a decadência seguiram o mesmo caminho histórico. O que caracterizou a economia num primeiro momento foi sua especialização na produção de ouro e diamantes servindo aos interesses da Coroa Portuguesa. Até meados do século XVIII o ouro foi o principal produto de exportação.

Piló (1980) afirma que o crescimento econômico e o povoamento deveram-se em grande parte à descoberta de terrenos auríferos e diamantífero. A exploração se deu ao longo dos rios que possuíam grandes depósitos desses metais preciosos.

Dados apresentados pelo IBGE (1955, p.472) mostram que “o bandeirante Borba Gato foi o primeiro a descobrir ouro na região. Mais tarde, em 1704, Gahiel Ponce de Lion, Gaspar Soares e Manuel Garcia de Paiva chefiam a bandeira que descobriu ouro no rio Santo Antônio”.

Este rio que nasce na serra do Espinhaço em Conceição do Mato Dentro percorre um trajeto para leste de mais de 200 km até desembocar suas águas no rio Doce. No passado, serviu como via de penetração para o interior e em suas águas foi intensa a exploração de metais preciosos (IBGE, 1955).

Para Coutinho (2008), a extração não requeria investimentos tão grandes, pois os depósitos em geral eram superficiais, bastava uma licença para explorar uma mina. As autoridades concediam licenças para a exploração de acordo com o número de escravos que o respectivo solicitante possuía, qualquer pessoa livre podia tentar a sorte nesse ramo de economia. Como consequência intensificou-se o fluxo de migrantes para as regiões auríferas.

Dias (1994) também descreve que esta atividade era fácil e remuneradora, dada a exploração compulsória da força de trabalho escrava e a simplicidade das técnicas de produção. O crescimento da economia local, devido ao desenvolvimento da economia mineira foi impressionante. Aumentou a capacidade aquisitiva, gerou opulência e enriquecimento das classes hegemônicas locais.

Piló (1980, p.18) afirma que “a mineração construiu ainda um expressivo patrimônio edificado”, que ainda hoje se encontra preservado, com edificações revelando a história, a cultura e a religiosidade da população que habitou está

região. Essas construções de caráter histórico-cultural e religioso tornam evidente a importância econômica da municipalidade durante esse período histórico.

Furtado (1969, p.104) destaca que “a ascensão da atividade mineradora estimulou também o desenvolvimento da pecuária e da agricultura nas regiões vizinhas e mais longínquas” constituindo um mecanismo de transbordamento dos benefícios econômicos da mineração. Aquelas atividades ampliaram a produção de carne e de outros alimentos para a população das minas que possuíam elevada capacidade aquisitiva.

Dias (1994) atesta, ademais, que, no entanto, a base da economia mineira era extremamente frágil e contraditória, pois se baseava na especialização exclusiva de um bem encontrado em quantidade finita e escassa e na exploração do trabalho escravo.

A pesquisadora descreve (DIAS, 1994, p.72) que “os rendimentos proporcionados por essa atividade eram a única fonte de recursos” tanto para aquisição de escravos como de objetos de consumo para as altas camadas da sociedade conceicionense que satisfaziam suas necessidades à custa da importação.

A mesma autora aponta que como consequência disso surgiu uma dependência rígida em relação a esse produto, ao mercado desse produto e às potências que aí dominavam, contribuindo para que a economia e estruturas sociais se formassem sobre a influência de fatores externos (DIAS, 1994).

Para o IBGE (1955), outro traço característico dessa economia, que se desenvolveu na localidade no século XVIII, é que a população, tanto local como a que acabava de chegar de outras regiões e da metrópole, dedicava-se, exclusivamente, à mineração. Com essa concentração inibiu-se o surgimento e o desenvolvimento de outras atividades.

O saque sistemático da região, realizado tanto por meio do mecanismo do mercado mundial quanto através de métodos de violência aberta (a escravidão), freava o avanço da sociedade conceicionense.

Dias (1994) descreve que nos fins do século XVIII, as jazidas começaram a apresentar sinais de esgotamento e a região decaiu economicamente. Já no início do século XIX, a decadência e o abandono eram muito mais uma norma do que uma exceção:

- Uma parte de sua população migrou;

- A outra se empenhou na pecuária e agricultura primitivas para satisfazer as suas necessidades.

De acordo com estudo realizado pelo governo do estado de Minas Gerais, através da Fundação João Pinheiro (1978), Auguste de Saint-Hilaire, em visita a cidade em 1817 registra uma impressão de decadência e abandono, com muitos moradores deixando o local em busca de melhores terras para a prática agrícola. Corroborando com esse pensamento:

Dois outros viajantes estrangeiros - João Emanuel Pohl e George Gardner - confirmariam as observações de Saint-Hilaire sobre o estado desolador do lugar e a quase penúria dos habitantes, que passavam a ver na incipiente agricultura e pecuária e no pequeno comércio as suas alternativas de sobrevivência. (Fundação João Pinheiro, 1978, p. 8).

Após o ciclo da atividade aurífera (fins do século XVIII), Conceição do Mato Dentro retrocedeu à criação e à agricultura de subsistência, o que significou a baixa utilização do espaço agrário, perdendo o “status” de importante zona produtora de metais preciosos. A diminuição brusca da extração do ouro e de diamantes acarretou uma forte depressão na economia porque os capitais provenientes da mineração garantiam a importação de todos os produtos que faltavam principalmente gêneros alimentícios.

Dias (1994) aponta que durante esse período (fins do século XVIII) o setor de comércio e de serviços foram os que mais sofreram, pois esses setores são muito sensíveis à variação de renda. O comércio ficou quase desativado e a vida tornou-se mais difícil. Com o esgotamento das lavras, a economia local entrou em colapso e sofreu um esvaziamento econômico absoluto.

A crise da atividade mineradora, a não diversificação da economia local, somados à exploração colonial e à estrutura de produção baseada na escravatura colonial não geraram encadeamentos produtivos, o que tornou a economia frágil e sem condições de reagir após o ciclo da atividade mineral.

Para Dias (1994), a falta aguda de capitais somada à estagnação das técnicas de produção e a influência deformadora da orientação unilateral para a exportação criaram grandes empecilhos ao progresso social e econômico da região.

Com a crise e o posterior desinteresse pelo capital mineral exportador, a economia entrou em colapso porque não contava com outros produtos na sua balança comercial para a criação de capital.

No passado, a riqueza gerada pela mineração teve mais um valor simbólico, pois se articulava lado a lado com a escravidão, com uma falsa estabilidade econômica e uma classe dirigente que negligenciou ações e processos em curso que a localidade reclamava para melhorar e fortalecer suas condições sócio-econômicas.

Dias (1994, p.72) afirma que ao iniciar-se a crise e a partir do momento que a mesma se generalizou com a depressão da economia mineira escravista, o poder público se ausentou de ajudar, ou até mesmo de orientar e estimular novas iniciativas produtivas, o que agravou a situação de penúria da população.

O quadro resultante da combinação da incapacidade do poder público de alterar substancialmente a situação de crise, de um lado, e do outro, a incapacidade da região de responder a tal situação agravaram consideravelmente toda conjuntura que havia sido desenhada por uma economia decadente e em pleno processo de descapitalização.

A verdade é que a dependência e a especialização exclusiva acarretaram conseqüências econômicas, sociais e principalmente territoriais e seus efeitos foram sentidos por muito tempo. Durante e após esta fase um conjunto de perdas pode ser destacado:

- a) Perdas econômicas devido à importância declinante da sua economia;
- b) Perdas demográficas. A região, antes da chegada do mega empreendimento minerário em 2007, tem se caracterizado pela diminuição da sua população absoluta;
- c) Perdas políticas porque as perdas econômicas e demográficas traduziram-se também, em grande escala, na redução do prestígio dos representantes políticos conceicionense.

A reflexão se faz presente. No passado, a especialização exclusiva de um bem finito e escasso transmitiu uma falsa lógica de prosperidade econômica e condenou a região a um longo destino de incertezas e estagnação.

O tópico seguinte analisa a nova trajetória da mineração em terras conceicionenses e sua importância para expansão e consolidação de um modelo de crescimento baseado nas exportações de *commodity*.

2.2 O segundo ciclo da mineração: interiorização do desenvolvimento ou uma nova trajetória de esvaziamento

A partir do conceito do primeiro ciclo, esse item visa analisar o movimento expansivo da indústria extrativa mineral, observado no território concepcionense na atualidade (2013). Becker e Pereira (2011) apontam que com reservas estimadas em quase um bilhão de toneladas de minério de ferro, a atividade mineral começa a despontar como riqueza no cenário municipal, contribuindo para que esta região de Minas tenha um desenvolvimento diferenciado das demais regiões do estado devido à dimensão do empreendimento (projeto Minas-Rio), considerado o maior de exploração de minério de ferro do mundo e pelo capital inicial investido, mais de US\$ 3,8 bilhões.

Dados apresentados pelo IBRAM (2011) mostram que a indústria extrativa está passando por uma fase de expansão no mercado brasileiro. Em 2010, a produção mineral brasileira atingiu o valor de 39 bilhões de dólares, alcançando em 2011 a cifra Record de 50 bilhões .

Enriquez (2007) enfatiza que o setor mineral vem sendo impulsionado pelo grande consumo e valorização das matérias primas minerais a nível internacional e pela migração da produção para países em desenvolvimento com potencial mineral.

Ou seja, o município está inserido em um “projeto nacional de crescimento” que caracteriza o país, desde os tempos coloniais até os dias atuais como exportador de recursos agrícolas e minerais.

Fernandes e organizadores (2011, p.13) sinalizam que a mineração tornou-se também importante na pauta de exportação do país, “correspondendo em 2010 a 20% das exportações brasileiras”, produzindo ainda um acréscimo substancial na arrecadação de municípios e estados através do CFEM,¹ entre os quais se destacaram: Parauabebas (PA) R\$ 229.896.588,41; Nova Lima (MG) R\$ 81.391.657,67; Itabira (MG) R\$ 74.636.553,27; Mariana (MG) R\$ 65.446.556,18; São Gonçalo do Rio Abaixo (MG) R\$ 56.139.407,63; Congonhas (MG) R\$ 37.058.587,75; Brumadinho (MG) R\$ 33.849.120,38; Itabirito (MG) R\$

¹Para o minério de ferro aplicam-se alíquota de 2% calculada sobre o valor do faturamento líquido, obtido por ocasião da venda do produto mineral deduzindo-se os tributos (ICMS, PIS, COFINS) que incidem na comercialização, como também as despesas com transporte e seguro; Na distribuição dos recursos da CFEM, 12% vão para a União (Departamento de Produção Mineral, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Minerais, Ministério da Ciência e Tecnologia), 23% para o estado onde for extraída a substância mineral e 65% para o município produtor.

32.792.586,03; Canaã dos Carajás (PA) R\$ 26.839.306,77; Ouro Preto (MG) R\$ 23.231.427,78; Alto Horizonte (PA) R\$ 21.283.754,72; Oriximiná (PA) R\$ 18.598.141,94; Barão de Cocais R\$ 18.530.794,28; Itatiaiuçu (MG) R\$ 14.131.273,30; Juruti (PA) R\$ 12.297.592,13. As exportações provenientes do estado de Minas Gerais representaram mais de 40% do total (DNPM, 2010).

Cabe sublinhar que no dia 10 de dezembro de 2007 o jornal Valor Econômico publicou a seguinte reportagem: “Prefeito faz planos para quando o dinheiro sobrar”, assinada pela jornalista Ivana Moreira. Segundo o jornal, no início do ano de 2007, a prefeitura de Conceição do Mato Dentro havia contratado o escritório do tributarista Sacha Calmon para elaborar um parecer da projeção de crescimento da receita. Com base nesse documento, estimar-se que em um prazo de 15 anos o município será a 10ª economia do estado de Minas Gerais.

A importância da atividade é ressaltada por Pinheiro (2011), que aponta a mineração como a principal responsável pelo saldo positivo na balança comercial. Segundo o pesquisador, se não tivéssemos a indústria extrativa mineral, muito provavelmente, a balança comercial estaria deficitária.

Em seu estudo, Pinheiro (2011) destaca que a crescente importância na pauta de exportação é um fator decisivo para que os incentivos fiscais e tributários sejam claramente diferenciados, ou seja, valem para o setor de exportador da mineração, e não para as empresas que vendem o minério para o mercado interno (PINHEIRO, 2011).

Fernandes e organizadores (apud PINHEIRO, 2011, p.14-23) acrescentam:

Em 2010 o PIB da Indústria Extrativa Mineral (IEM) foi de R\$ 80 bilhões; 71% da produção são de minerais metálicos em que o minério de ferro representa 53%. A IEM emprega 855.480 empregados, sendo 211.216 na IEM e 644.264 na Indústria da Transformação Mineral (ITM). Cerca de 80% da produção mineral brasileira é destinada ao mercado externo. Exporta-se 70,5 bilhões de dólares e importasse 51,0 milhões, registrando em 2010 o relevante saldo de 19,5 bilhões. As exportações de bens primários (IEM) são de 48,5 bilhões, destinadas em primeiro lugar para a China (8,5 bilhões) e depois, entre outros, para os Estados Unidos (2,5 bilhões), Japão (2,1 bilhões) e Reino Unido (1,6 bilhão), entre cerca de 200 países.

Nesse sentido, a lei Kandir, nº87, de 13 de setembro de 1996 isenta de ICMS, PIS e COFINS a exploração mineral voltada para exportação contribuindo para que a maior parte da produção mineral seja destinada ao exterior, inviabilizando a agregação de valor ao minério produzido internamente.

Desta forma, ganha relevo analisar o setor que tem recebido estímulos federais, particularmente sob o viés da sustentabilidade do modelo de

desenvolvimento, porque para Piquet e Serra, (2007), Becker e Pereira, (2011), Zhouri e Laschefski, (2010), entre outros, a atividade mineradora contribui para a destruição de patrimônios históricos, naturais e arquitetônicos, trazendo consigo transformações que impactam as comunidades locais e geram conflitos e desigualdades, deixando vazios econômicos para gerações futuras.

Essa preocupação ganha relevo para o município considerado a capital mineira do ecoturismo que vive o dilema entre a preservação de sua aptidão cultural e turística e a atividade mineradora (CARVALHO; LOUZADA, 2007).

Diante dessas questões deve ser analisado o 2º ciclo que, segundo Becker e Pereira, (2011, p. 238-240) inicia-se com a empresa MMX Mineração e Metálicos S/A do empresário Eike Batista. Através de trabalhos de prospecção e comunicação social, o grupo MMX fez um diagnóstico mineral da região e um *merchandising* do empreendimento. As pesquisas sinalizaram a descoberta de uma mina inexplorada com reservas estimadas em quase um bilhão de toneladas de minério de ferro; e capacidade anual de produção estimada em 26,6 milhões de toneladas por ano.

Apesar da existência do interesse e ações da MMX na região, os relatos dos moradores do distrito de São Sebastião do Bonsucesso “sinalizam que os primeiros contatos da empresa mineradora se iniciaram através de um corretor, senhor de nome Alexandre, que dizia querer comprar terras para a criação de cavalos porque na área seria instalada uma empresa Agropastoril” (DIVERSUS, 2011, p.169).

Ademais, como apresentado na figura 2, é imprescindível destacar que a empresa agropastoril Borba Gato negociou e adquiriu propriedades em Conceição do Mato Dentro e que a mesma pertencia ao grupo MMX. Em torno de 80% das terras do distrito de São Sebastião do Bonsucesso foram adquiridas pelo mesmo grupo, sendo mais tarde repassadas à empresa Britânica Anglo Ferrous (DIVERSUS, 2011, p.170).²

² Logo, pode-se admitir que as verdadeiras intenções do grupo MMX foram adquirir propriedades de terras a preços mais baixos e não causar conflitos iniciais com grupos ambientalistas que provavelmente reagiriam à instalação da empresa em uma região rica em belezas naturais, históricas e arquitetônicas. Em 2008, o empresário Eike Batista vendeu seu projeto Minas-Rio à empresa britânica Anglo Ferrous (braço de ferrosos da Anglo American) por R\$ 5.5 bilhões (BECKER; PEREIRA, 2011). No Brasil, o Grupo Anglo American iniciou suas atividades em 1973. Destaca-se na produção de minério de ferro e níquel. Possui operações de níquel em Niquelândia e Barro Alto (GO); de fosfato em Catalão e Crixás (GO); e de minério de ferro no Amapá e Minas Gerais. Somente a companhia Vale e o grupo Votorantim possuem uma participação minerária maior que esta empresa no país. A nível mundial, a Anglo é líder na produção de platina e diamante (MINÉRIOS & MINERALES, 2010; ANGLO AMERICAN, 2011).

Figura 2: Placa da Borba Gato nas áreas de propriedade da Anglo Ferrous

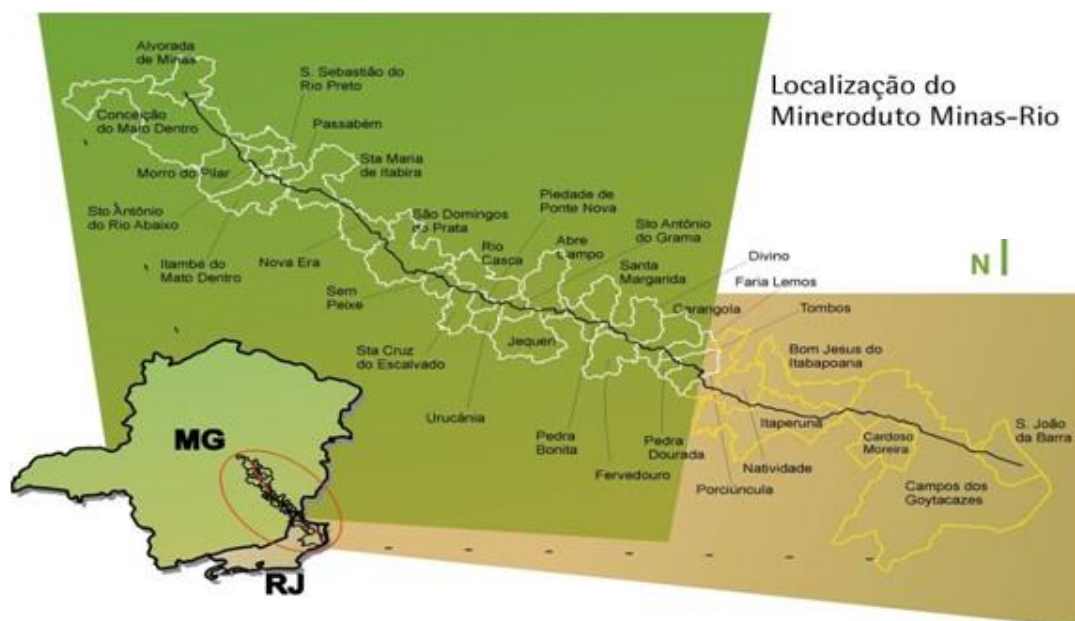


Fonte: DIVERSUS (2011, p.170)

Essas ações em Minas Gerais compõem em parte o projeto Minas-Rio que inclui um porto no estado do Rio de Janeiro (Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu, em São João da Barra), situado no norte fluminense e um mineroduto na serra do Espinhaço, por onde o minério da região de Conceição do Mato Dentro será escoado. Contém ainda uma estação de beneficiamento do minério, que é a preparação do minério para ser colocado dentro dos tubos, no município de Alvorada de Minas. Uma estação de filtragem bem próxima à São João da Barra. Uma linha independente de transmissão de energia na cidade de Itabira e uma adutora de água com captação no Rio do Peixe (bacia do Rio Doce) no município de Dom Joaquim, para fornecimento de água para todo o processo industrial que envolve o mineroduto (SISEMA, 2008).

Todo esse complexo de beneficiamento, de tubulação e de filtragem tem como propósito a exportação de mais de 90% do minério de ferro produzido para o mercado asiático (IBRAM, 2011). Portanto, Conceição do Mato Dentro se tornará uma ponta deste corredor de exportação, como pode ser observado na figura 3.

Figura 3: Localização do Mineroduto Minas-Rio



Fonte: Camargo Correia

Sete quilômetros por hora será a velocidade média que a polpa de minério percorrerá; quarenta e cinco mil tubos serão utilizados na construção do mineroduto (Figura 3 e 4) que passará por vinte e cinco municípios mineiros e sete cariocas (IBRAM, 2011).

Figura 4: Mineroduto Minas-Rio



Fonte: LLX Logística S/A

Apesar da complexidade do projeto, para o IBRAM (2011), a opção da Anglo American pelo mineroduto é devido a vários fatores locais: a localização da matéria prima, o custo com o transporte e a proximidade e abundância de água. Porém, vale destacar que a redução do custo de logística, que é o custo de transporte do minério, foi o fator mais importante. Especialistas estimam que vá ser uma redução bem significativa. Para a Anglo American (2011), existe uma estimativa que o mineroduto vai reduzir o custo de R\$ 26,00 por tonelada transportada para R\$ 1,50, reduzindo o custo do Brasil e aumentando a competitividade do minério brasileiro no exterior.

A diretora da Anglo American, a senhora Cynthia Carroll, em entrevista para o jornal Estado de Minas (publicado em 26 outubro) afirmava que “o baixo custo da logística” era fator fundamental para a competitividade do Projeto Minas-Rio (VIEIRA, 2012).

Em outra entrevista para o mesmo jornal, publicada em 02 de abril, o diretor de Minério de Ferro da Anglo American no Brasil, Paulo Castellari Porchia afirmou que “a garantia de sucesso do empreendimento está no baixo custo de produção – e que este é “um projeto muito bem posicionado na curva de custos” (FURBINO, 2013).

Os portos, aeroportos e toda a logística para dar suporte ao sistema Minas-Rio têm como propósito produzir uma ação pelo território funcionando de forma integrada. O sistema de comunicação e transporte atuará como organizador desta rede operando como o principal objeto de dispersão de fluxos e o seu papel é fundamental.

Neste empreendimento mineral, há uma dependência que se estabelece entre Conceição do Mato Dentro e o Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu (CLIPA).

Para LLX (2013), o porto é o maior investimento privado em terminal marítimo no Brasil. No total, serão investidos cerca de R\$ 4 Bilhões. Sua localização é estratégica porque está situado na região sudeste que concentra 72% do PIB brasileiro. Irá viabilizar um corredor logístico para o escoamento das produções das regiões sudeste e centro oeste.

É importante sublinhar que o porto terá uma dimensão superior a 90 Km² e está próxima as principais bacias de petróleo de Campos, de Santos e do Espírito Santo. Somados a esses fatores, acrescenta-se que esta região (sudeste) é um dos principais centros de geração de cargas como minérios de ferro, aço, metanol, *contêineres*, granito e demais produtos industrializados. A profundidade de 26 metros permitirá a atracação de grandes navios capazes de transportar até 400 mil toneladas. O Complexo Logístico Industrial do Açu contará ainda com 6 berços para navios graneleiros e 4 berços para *contêineres* e cargas gerais (LLX, 2013).

Segundo a LLX (2013), seu principal diferencial é sua concepção de integração porto-indústria. Acolherá um pólo industrial de grande porte que abrigará uma siderúrgica, duas cimenteiras, um pólo metal-mecânico, uma usina termoelétrica, uma unidade de construção naval, outra de tratamento de petróleo, uma montadora de automóveis e pelo menos quatro usinas para pelotização de minérios.

Por outro lado, a indústria extrativa mineral em Conceição do Mato Dentro se distancia em larga escala da trajetória de produção e expansão das atividades de alguns ramos da indústria de transformação (metalurgia, mecânica, siderurgia, automobilística, química) no norte fluminense, notadamente no que diz respeito à geração de emprego e à modernização produtiva.

Observa-se a consolidação de dois padrões regionais de desenvolvimento industrial, um baseado na produção extrativa, outro na manufatura caracterizado

pela especialização nos setores ligados às cadeias metal-mecânico e siderúrgico. Este está claramente presente na proposta do CLIPA.

Ademais, visto apresentar maior grau de encadeamentos produtivos (MILANEZ; WANDER, 2012), ao atrair investimentos para São João da Barra, o governo do estado do Rio de Janeiro quer internalizar a criação de pólos internos de desenvolvimento apostando que esses pólos irão atrair outras indústrias irradiando mais encadeamentos diretos e indiretos

O recorrente modelo de atração de investimentos no Brasil foi seguido no Rio de Janeiro, conforme reporta Dacorso (2009):

O governador Sérgio Cabral, assinou um incentivo fiscal para as empresas que se instalem no Açu. O ICMS será de 2%, contra os atuais 18% e a energia elétrica, por exemplo, será 30% mais barata do que no resto do país.

Outros fatores locais, como a posição geográfica entre três centros importantes do país (Rio de Janeiro, São Paulo, e Belo Horizonte), somados, ao mesmo tempo, ao avanço técnico, científico e informacional que tornaram o transporte de mercadorias a grandes distâncias consideravelmente mais fáceis e barato também influíram para a formação do novo processo de reestruturação econômica.

Nesse sentido, o IBRAM (2011) aponta que na área do entorno do porto do Açu em São João da Barra, a decisão de localização se deu principalmente em função das vantagens fiscais e da criação de infraestruturas sociais e físicas que sustentem a circulação do capital.

A competição entre os estados através da guerra fiscal e os incentivos do Estado brasileiro as exportações, porque o mesmo necessita hoje produzir *superávits* comerciais para o pagamento da dívida pública, são os principais atrativos para que esses novos empreendimentos se instalem na região.

Para Prado e Cavalcanti (2000), não é a guerra fiscal que torna os lugares mais competitivos. É necessário evitar a fragmentação do espaço regional a serviço da lógica do mercado. Essa competição entre os lugares acaba significando a criação de mais vantagens específicas para as empresas e geram pressões por salários e arrecadações menores e por padrões de trabalho piores em todo o mundo, pois o que prevalece é a política de interesse das grandes empresas, bancos e instituições globais.

A estratégia do governo federal de captar recursos através de um modelo exportador subsidiado colabora para que os bens naturais não renováveis, isentos de impostos, sejam beneficiados em outros países (principalmente na China), gerando efeitos econômicos multiplicadores (geração de novos empregos, aumento da renda regional e diversificação da pauta de exportação) não na região em que se localiza o projeto de mineração, mas bem distante de Minas Gerais e do Brasil.

Dessa forma, os encadeamentos produtivos são sentidos nos países que importam o nosso minério *in natura* ou sem nenhum valor agregado. O nosso “projeto” minerador acaba, de forma contraditória, cooperando para a estagnação das forças produtivas, não irradia o desenvolvimento e incentiva a criação dos complexos metalúrgicos espalhados pelo mundo:

- Produtos laminados de ferros;
- Produtos fundidos de ferros;
- Peças mecânicas para máquinas;
- Máquinas e equipamentos industriais;
- Máquinas e equipamentos agrícolas;

É importante atentar também para a palavra previsão, ao se referir ao CLIPA, porque o ambiente internacional piorou. Cintra e Farhi (2008), por sua vez destacam que a tendência geral de retardamento do ritmo de crescimento econômico e do adensamento das contradições econômicas, comerciais e financeiras no mercado internacional está sendo agravada não só por causa do caráter conjuntural e cíclico, mas por problemas estruturais permanentes, o que tornam as crises cada vez mais constantes e imprevisíveis. Um dos fatores desta insegurança e imprevisibilidade é porque grande parte do dinheiro no mundo contemporâneo não se encontra no setor produtivo. Muitos investimentos estão em hipotecas, nos aluguéis, nos títulos, nas dívidas, em derivativos, em ações e em outros.

Portanto, a noção de complementaridade se insere num posicionamento diferenciado em relação à análise do empreendimento em Conceição do Mato Dentro e do CLIPA no norte fluminense, ou seja, ambos os territórios se articulam e se complementam, mas suas especificidades econômicas e políticas são diferentes.

Em Conceição do Mato Dentro, para aonde está se direcionando um mega empreendimento minerário, o investimento se dá através do capital privado. Parte determinante é a produção mineral, que tem se mostrada limitada no que diz

respeito à efetivação de encadeamentos produtivos setoriais e regionais. É importante sinalizar que no caso da mineração do ferro é necessária que haja adensamento em direção à criação de complexos metalúrgicos, já que é a parte mais importante da cadeia produtiva porque possui maior potencial de geração de empregos, de renda e de transbordamentos (MILANEZ; WANDER, 2012).

Becker e Pereira (2011), por sua vez, destacam que a expansão é baseada na especialização produtiva determinado pela trajetória expansiva da produção mineral voltada para o mercado externo. Esse padrão é marcado pela ampliação da estrutura produtiva e de logística.

As pesquisadoras apontam que Conceição do Mato Dentro possui seu espaço geográfico integrado e articulado ao espaço mundial na condição de fornecedor de matéria prima mineral. A economia caminha para um caráter de especialização restrita. O orçamento ficará muito dependente desta atividade. O crescimento econômico será resultado da expansão da indústria extrativa e serviços correlatos (BECKER; PEREIRA, 2011).

Visando contribuir para superação desses desafios no próximo item se analisa as possibilidades do empreendimento mineral tornar-se um trampolim para o desenvolvimento com crescimento do PIB sem comprometer aspectos sociais e ambientais e outros setores da economia local.

2.3 Possibilidades e desafios

Para Enriquez (2007), a mineração vem acompanhada de um conjunto de oportunidades como os benefícios temporários (salários e impostos), os benefícios potenciais que sobrevivem ao esgotamento das minas (criada para dar suporte à mineração) e os possíveis encadeamentos.

Com potencial econômico maior (impostos provenientes da mineração), abrem-se possibilidades para aplicação de uma estratégia econômica mais dinâmica, flexível e variada, podendo orientar a economia para o mercado interno, no caso de esgotamentos das minas ou de condições externas desfavoráveis, utilizando mais amplamente os recursos locais, investindo e incentivando o desenvolvimento das forças produtivas.

Pinheiro (2011) enfatiza que na instalação de um mega empreendimento minerário, um dos aspectos que mais se alteram são as finanças públicas. É grande

a movimentação financeira gerada pela operação do empreendimento. A arrecadação municipal tende a aumentar devido a um maior incremento tanto na receita própria, como nas receitas provenientes de transferências do estado e da União decorrente da CFEM.

Faria (2002) acrescenta a essas possibilidades o desafio de se alcançar um crescimento do PIB e da melhoria das condições econômicas e sociais, sem comprometer o futuro e destruir o meio ambiente.

Para Becker e Pereira (2011) e Enriquez (2007) é importante sinalizar, que devido à economia de Conceição do Mato Dentro caminhar para um caráter de especialização restrito, a receita proveniente dos impostos deve ser efetivamente aplicada de forma formal ou mediante a uma lei municipal priorizando investimentos em prol da comunidade local com ampliação de serviços, infraestrutura e especialmente na diversificação da economia de modo a permitir que o município, quando houver a exaustão da mina, possa ter outras atividades com o propósito de manter o padrão sócio-econômico que já havia sido alcançado com a mineração.

Enriquez (2007) destaca que não é recomendável que a arrecadação do CFEM caia no caixa único do município. Quando esses valores caem no caixa único acabam se perdendo e são usados no pagamento de despesas corridas. É bom lembrar que esse padrão é marcado por irregularidade porque a legislação do CFEM de 1994 veda a utilização desses recursos no pagamento de dívidas e no pagamento de pessoal do quadro permanente da administração. Infelizmente, esse padrão prevalece na maioria dos municípios mineradores.

De acordo com Becker e Pereira (2011), as transformações em andamento fazem com que o município ingresse numa nova fase. Enquanto que anteriormente as atividades produtivas revelavam um crescimento mais ligado aos setores internos com ênfase na conservação ambiental tendo o ecoturismo como vetor de desenvolvimento, agora a economia da localidade está intimamente vinculada ao setor e exportação e sua característica básica é a especialização na produção de minério de ferro e na dependência externa.

Apesar do caráter ainda indefinido das conjunturas econômicas, políticas e sociais existem razões para supor que o papel da municipalidade na economia mineira tende a crescer. Ao mesmo tempo, é pouco provável que o município consiga vencer em um curto espaço de tempo o atraso dos demais setores da economia. Conceição do Mato Dentro continua no grupo de municípios em vias de

desenvolvimento no que diz respeito a muitos parâmetros, principalmente, pelo nível de desenvolvimento de suas forças produtivas.

Não podemos deixar que a especialização exclusiva de um bem finito e escasso transmita uma falsa lógica de prosperidade econômica e condene, mais uma vez, a região a um longo destino de incertezas e estagnação.

Neste novo cenário de possibilidades e desafios, medidas de ajuste para superação do grau de atraso e estagnação das suas forças produtivas e um padrão de desenvolvimento econômico e social que preserve o meio ambiente e a biodiversidade além do seu patrimônio cultural e histórico é essencial para se desenvolver a economia e melhorar as condições de vida das populações locais.

Becker e Pereira (2011) atesta, ademais, que este é o caso do município de Conceição do Mato Dentro, capital mineira do ecoturismo, que vem se tornando um grande polo de investimento do capital mineral através do projeto Minas-Rio, que é um dos maiores de exploração de minério de ferro do mundo com aportes da ordem de US\$ 8,8 bilhões.

Mais adiante objetiva-se analisar o comportamento dos principais setores produtivos, antes da chegada do projeto Minas-Rio em 2007. Pretende-se discutir, através da análise de diversos indicadores, o movimento da economia, enfatizando a dinâmica da agropecuária e o potencial turístico.

3 POTENCIALIDADES SÓCIOECONÔMICAS DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

O capítulo anterior apresenta um breve histórico sobre a formação do município de Conceição do Mato Dentro e o segundo ciclo minerário com seu potencial para criação de condições econômicas e políticas para a transformação do espaço local e de suas forças produtivas.

A partir deste contexto, neste capítulo serão identificadas e avaliadas as principais aptidões econômicas de Conceição do Mato Dentro procurando-se determinar o fio condutor do desenvolvimento local antes da chegada do projeto Minas-Rio em 2007.

3.1 A agricultura e a pecuária no contexto municipal

Para Costa (1975), Dias (1994) e Piló (1980), a agricultura e a pecuária são duas atividades tradicionais em Conceição do Mato Dentro, responsáveis pela ocupação de grande parte do território, contribuindo assim desde o século XIX, para produção e organização do espaço:

1. Empregam cerca de 30% da população ocupada, sendo, portanto, uma considerável fonte de empregos (IBGE, 2010);
2. Fornecem alimentos para a população e matéria prima para a incipiente indústria conceicionense;

No município, as pastagens ocupam grandes extensões de terras, o que indica a importância econômica dessa atividade. A pecuária bovina possui um lugar de destaque, o que pode ser observado na tabela 1, embora predomine a forma extensiva de criação, o que evidencia baixo índice de circulação monetária, forte presença de pastagens naturais e baixo coeficiente de aproveitamento das terras.

Tabela 1: Dados econômicos – pecuária - efetivo de rebanhos (cabeças)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Asinino	65	50	53	52	50	46	42	40
Bovino	28.600	28.890	28.420	26.950	28.600	27.336	32.881	33.625
Bubalino	325	350	376	422	425	430	470	450
Caprino	200	190	142	135	130	125	113	110
Equino	1.950	1.860	1.810	2.100	2.150	1.970	2.100	2.000
Galinha	8.300	8.420	8.160	8.170	8.200	8.000	8.100	8.000
Galo	15.820	15.610	15.540	15.800	16.000	15.000	15.500	15.000
Muar	1.420	1.380	1.210	1.240	1.250	1.170	1.200	1.100
Ovino	56	50	188	220	260	250	230	220
Suíno	1.670	1.740	1.640	1.655	1.630	1.740	1.795	1.740

Fonte: Adaptado do IBGE. Pesquisa pecuária municipal, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007.

Para Dias (1994), esta atividade conseguiu crescer rapidamente após a crise minerária no século XVIII. Sua ascensão pode ser imputada à época da decadência da atividade do ouro, porque aqueles que tinham reservas de capital seguiram rumo à cultura do café na zona da mata mineira. Os que continuaram na localidade prosseguiram pela via da pecuária bovina extensiva, pois a mesma é dispersora de força de trabalho e melhor se adaptou as novas condições de escassez econômica.

No município, a pecuária bovina passou a se constituir na principal fonte de riqueza rural, embora seja praticada sem muitos cuidados, limitando-se mais a criação propriamente dita. Predomina a pecuária leiteira na qual a maior parte da produção destina-se ao próprio consumo das famílias. O excedente é vendido ao comércio local. Apenas um percentual pequeno de produtores tem a produção destinada para áreas circunvizinhas à municipalidade (IBGE, 2006).

Outra produção que se destaca é de galináceos. Assim como a pecuária bovina, a produção destina-se ao consumo das famílias e seu papel é importantíssimo, pois completa a alimentação (através de carnes e ovos) e contribui no complemento da renda com a venda do excedente produzido (IBGE, 2006).

Quanto aos demais efetivos da produção pecuária (suínos, caprinos, cavalos e mulas), a produção destina-se, principalmente, ao consumo das famílias e a necessidade de animais para transporte e trabalho (IBGE, 2006).

Ao lado da pecuária extensiva, há a agricultura que é pouco capitalizada: quase não utiliza máquinas para o plantio e para a colheita, como revela os dados da tabela 2, predominando arados de tração animal, do que decorre a baixa produtividade, com baixo índice de circulação monetária. A evolução de suas estruturas realiza-se bem devagar, pois o ritmo de transformação capitalista é baixo.

Tabela 2: Equipamentos mecânicos utilizados nos estabelecimentos Conceição do Mato Dentro (MG)

ANO	Nº DE ESTABELECIMENTOS	TRATORES
1985	952	38
1996	747	40
2006	1236	40

Fonte: Adaptado do IBGE. Censos agropecuários, 1985, 1996 e 2006.

O isolamento e a falta de meios de transportes dificultam o desenvolvimento de práticas mercantis no município.

O prefeito de Conceição do Mato Dentro, senhor Sebastião Soares dos Santos, em uma entrevista para o jornal Valor Econômico publicado em 10 de dezembro de 2007 afirmou: “as estradas municipais, que ligam vários distritos rurais, são toda de terra, e a prefeitura não tem muito que fazer com os poucos recursos do orçamento municipal” (MOREIRA, 2007).

A produção agrícola destina-se exclusivamente ao consumo das famílias, ou seja, visa suprir as necessidades do lavrador. É praticada em geral, em pequenas propriedades, e com técnica primária. É sempre do tipo variado. Pouco ou nada da produção alcança outros mercados, senão o essencialmente local (IBGE, 2006).

É frequente encontrar nas áreas rurais pequenas roças que praticam a policultura, onde o cultivo de feijão, arroz, mandioca, café, amendoim, hortaliças, além de outros produtos como o milho, a cana de açúcar e sorgo que complementam a alimentação dos efetivos da pecuária se destacam.³ A ausência de

³ Foi observado, através de pesquisa de campo, o cultivo de cana forrageira e milho voltado para alimentação animal em estabelecimentos de criação de gado.

incentivos e recursos para desenvolver a produção freia sua comercialização. A abundância de terras disponíveis favorece a exploração agrícola extensiva com um mínimo de investimentos. Cumpre destacar a importância da pequena lavoura na diminuição dos gastos com alimentação da população local garantindo a subsistência dos pequenos lavradores.

A utilização das terras, apresentada na tabela 3, também reflete a situação da agricultura. A maioria dos estabelecimentos rurais é ocupada por pastagens. A atividade agrícola corresponde a uma área bem menor.

Tabela 3: Utilização das terras (%) - Conceição do Mato Dentro (MG) 1970/2006

	1970	1980	1985	1996	2006
Área total (ha)	62702	75907	76676	68506	46630
Lavouras permanentes	1,4	1,7	3,3	1,0	2,1
Lavouras temporárias	6,1	4,0	7,4	4,5	4,3
Pastagens naturais	74,1	60,3	49,5	43,6	25,0
Pastagens plantadas	0,8	1,3	4,0	18,0	23,5
Matas e florestas naturais	10,8	20,5	18,4	21,8	15,3
Matas e florestas plantadas	*	3,4	6,1	5,8	9,9
Terras em descanso não utilizadas e construções de benfeitorias e caminhos	1,0	3,1	6,2	2,2	15,0
Terras inaproveitáveis	5,8	5,7	5,1	3,1	4,9

Fonte: Adaptado do IBGE. Censos agropecuários, 1970, 1980, 1986, 1996, 2006.

Obs. (*) não alcança 0,1%.

A falta de modernização e o escasso dinamismo das atividades agropecuárias, somado a um sistema de transporte ineficiente para escoar a produção para outras regiões representam problemas cruciais para o desenvolvimento da atividade agrária a nível local e regional. Esse setor reflete o grau de atraso e estagnação da economia da municipalidade. Em geral, as atividades agropecuárias apresentam as seguintes características:

- Maioria dos estabelecimentos ocupados por pastagens;
- Forte presença de pastagens naturais;
- Atividade agrícola correspondendo a uma área bem menor do que as pastagens;
- Predomínio de agricultura de subsistência;

- Poucos equipamentos mecânicos utilizados;
- Predomínio de técnicas rudimentares e tradicionais de produção;
- Predomínio de pecuária extensiva; e
- Quase não gera poupança para a formação de capital.

Em síntese, baseando-se nos dados de 2006, que pode ser consultado na tabela 3, referentes ao censo agropecuário do Brasil, dos 46.630 hectares da área dos estabelecimentos agropecuários, apenas 3040 hectares estavam sendo ocupados pelas lavouras permanentes e temporárias e 22.653 hectares pelas pastagens, e o restante, são terras não aproveitadas ou com outros tipos de utilização.

Dos dados apresentados, tem-se 6.4% correspondendo à área ocupada pelas lavouras e 48,5% de áreas ocupadas pelas pastagens. Sendo que desse percentual das pastagens 51.5% são de pastagens naturais.

Em Conceição do Mato Dentro, como já foi observado, predominam pastagens naturais de baixo valor nutritivo; tais dados permitem inferir a existência de um sistema extensivo de criação. Essa extensividade se reflete, também, na baixa produtividade de carne e leite por animal, evidenciando o acentuado subaproveitamento do espaço quanto às atividades agropecuárias (IBGE, 2006).

O subaproveitamento da terra, juntamente com o tipo de utilização da mesma, contribui para o elevado grau de estagnação desse setor na municipalidade.

Considerando a população de Conceição do Mato Dentro de 17.908 habitantes, segundo o IBGE de 2010 e a área de lavouras de 3040 hectares, segundo o censo agropecuário de 2006, obtêm-se 0,17 hectares por habitante. A cifra de 0,17 hectares por habitante demonstra um baixo índice de aproveitamento da terra.

Percebe-se, após esses dados e considerações, que a agropecuária não se desenvolveu. A agricultura é frágil e a pecuária também. Há um contraste entre a municipalidade e o país, pois como pode ser observado na tabela 4, o Brasil é uma potência mundial nesse setor.

Tabela 4: Principais exportadores mundiais de alimentos em 2010

(em volume)(1000 t)	
Países Exportadores	Exportações
Mundo	988,9
1ºEUA	89,0
2ºBrasil	99,4
3ºFrança	60,1
4ºArgentina	58,7
5ºAlemanha	51,7
6ºCanadá	48,4
7ºHolanda	39,3
8ºAustrália	29,0
9ºBélgica	23,1
10ºChina	18,1
11ºItália	15,1
12ºEspanha	14,4

Fonte: FAOSTAT

Obs: Exceto pescados.

Macedo (2009) aponta que no caso brasileiro, as inovações tecnológicas estão sendo responsáveis pela modificação da agricultura e da pecuária no espaço rural. O arado, puxado por animais, está sendo substituído por tratores, a colheita manual vem dando lugar às grandes máquinas. Quanto à pecuária, o grande desenvolvimento dos meios de transportes e da indústria de refrigeração, nas ultimas décadas, veio criar condições para o comércio de carnes entre áreas potencialmente criadoras e os grandes mercados consumidores. O campo no Brasil vem se modernizando.

Para Macedo (2009), a tendência atual é para transformar a agricultura e a pecuária numa atividade cada vez mais científica e planificada caracterizada por:

1. Mecanização, sempre que possível, do plantio, da colheita e do beneficiamento do produto;
2. Planejamento das culturas a serem praticadas, seguindo as exigências dos mercados internos e externos e as características do solo e do clima;
3. Combate as pragas agrícolas, através do uso sistemático de inseticidas e fungicidas;

4. Combate sistemático à erosão através da supressão e derrubadas de matas; reflorestamento, principalmente, de terrenos inclinados; abandono da técnica condenável das queimadas e cultivo em curvas de nível ou terraceamento, quando o terreno for muito inclinado;
5. Uso sistemático de fertilizantes e adubos orgânicos (esterco, tortas de sementes de algodão e outros), químicos (nitratos, fosfatos) e biológicos (leguminosas como o trevo, alfafa, feijão etc.);
6. Concentração dos rebanhos em torno de sedes especializadas;
7. Combate a parasitas externos e de enfermidades comuns ao gado (vacinação);
8. Seleção de espécies e aprimoramento do rebanho; e
9. Melhoria das pastagens.

Quanto ao município, nota-se que não há um aproveitando satisfatório do espaço local quanto às atividades agropecuárias, e o mesmo tem muitos problemas a resolver quanto à produção e a produtividade. A subutilização do território para a agropecuária tem influenciado negativamente na produção de matérias primas para a indústria, no consumo diário da população e na formação de uma classe média rural. Esses fatores somados prejudicam o desenvolvimento e o crescimento dos setores ligados a indústria, ao comércio e a prestação de serviços.

3.2 Potencial turístico

Conceição do Mato Dentro é uma espécie de santuário religioso e ecológico encravado no meio da serra do Espinhaço. Essa área de extrema importância biológica foi considerada em 2005 como reserva da biosfera mundial pela UNESCO (PILÓ, 1980; SILVA et al., 2005).

No contexto cultural, Conceição do Mato Dentro tem um patrimônio histórico formado por igrejas, capelas e outras edificações ainda bem preservadas datadas do período áureo da mineração do ouro e diamantes durante o século XVIII. Um dos traços mais característicos da população conceicionense é sua religiosidade. Durante o calendário religioso romeiros de áreas próximas e até de outras regiões chegam para uma das mais tradicionais festas de Minas Gerais, o Jubileu do Bom Jesus de Matosinhos, que é realizado entre 13 a 24 de junho (PILÓ, 1980).

Quando a cidade completou trezentos anos, a prefeitura promoveu um concurso que representasse o homem de Conceição nos três séculos de existência. Essa representação não deveria ser o homem como mero habitante do espaço geográfico, e sim o homem como produtor do espaço. O tema escolhido foi à mineração e a religiosidade.

O turismo religioso foi o primeiro a se desenvolver na região. Uma infraestrutura física foi montada para atender a esta demanda (pousadas, casas para alugar e outras). Com o passar dos tempos muitos romeiros retornavam fora do calendário religioso (férias de final do ano, carnaval e eventos culturais). O fator que mais atraía esta nova demanda eram as belezas naturais encontradas na municipalidade (BECKER, 2009).

Para Becker (2009), a tranquilidade e a agradabilidade somadas às belezas naturais e à arquitetura colonial barroca conferem a região de Conceição do Mato Dentro um forte potencial para a atividade turística.

Becker e Pereira (2011, p.238) são contundentes ao afirmar que “o turismo com viés conservacionista associada ao ecoturismo como atividade indutora do desenvolvimento Local” foi a atividade que mais cresceu, produzindo impactos positivos no comércio, serviços e outras atividades relacionadas.

Graças ao turismo as atividades do setor terciário são as que apresentam maior destaque no Produto Interno Bruto (PIB) local, conforme pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5: PIB – Produto Interno Bruto - Conceição do Mato Dentro (MG) 2002-2006

	2002	2003	2004	2005	2006
Agropecuária	19,79%	25,46 %	21,89 %	18,04 %	16,16 %
Indústria	9,83 %	9,22 %	9,76 %	8,40 %	8,22 %
Impostos	3,13 %	3,30 %	3,59 %	4,13 %	4,45 %
Serviços	67,26 %	62,02 %	64,76 %	69,42 %	71,18 %

Fonte: Adaptado do IBGE. Produto Interno Bruto Municipal ano 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

Contudo, na visão de Becker (2009), é importante sinalizar que essa atividade ainda carece de uma infraestrutura física e social apropriada para comportar um

possível aumento da demanda, principalmente, ao que se refere à hospedagem, à alimentação e a outros serviços de atendimento ao turista.

Neste cenário de possibilidades e desafios, Barbosa destaca a importância do turismo para a sustentabilidade como um modelo alternativo. Segundo o pesquisador:

O turismo pode aproveitar os bens da natureza sem consumi-los, nem esgotá-los; emprega uma grande quantidade de mão-de-obra; exige investimentos; gera rendas individuais e empresariais; proporciona o ingresso de divisas no balanço de pagamentos; origina receitas para os cofres públicos; e produz múltiplos efeitos na economia (BARBOSA, 2005, p.108).

Trigueiro (2001), por sua vez, também enfatiza a importância do turismo na preservação do meio ambiente. Para o pesquisador, se esta atividade for feita com planejamento, articulando as escalas municipais, estaduais e federais, ou seja, englobando o poder público, o setor privado e a sociedade civil de forma ampla e democrática poderão ser decisivas na formulação de uma proposta de desenvolvimento endógeno tendo o turismo sustentável como alternativa de desenvolvimento.

É importante sublinhar que o conceito de turismo estabelecido pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e adotado também aqui no Brasil compreende: “conjunto de atividade desenvolvidas por pessoas durante viagens em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse a um ano, por motivo de lazer, de negócios e outros”.

Para a OMT (2013), o setor é um dos que mais cresce em todo mundo (mesmo em um mundo passando por uma profunda crise estrutural). Cresceu 6,6% em 2010, 5% em 2011 e 4% em 2012. A organização destaca ainda que sua flexibilidade, adaptabilidade e encadeamentos contribuem para sua expansão.

O estudo de caso verificado em Conceição do Mato Dentro sinaliza o turismo sustentável como proposta alternativa a um modelo centrado na mineração de ferro que tem reduzido o desenvolvimento humano ao crescimento econômico.

Para Costa (1975), Piló (1980), Dias (1994), Silva, Pereira e Abreu (2005), são inúmeros os atrativos turísticos que se destacam na municipalidade:

Atrativos Naturais:

- Piscinas naturais diversas incluindo de águas quentes;

- Cachoeira Rabo de Cavalo;
- Cachoeira de São Miguel no Distrito de Três Barras;
- Lago Azul;
- Salão de Pedras;
- Mirante da serra da Ferrugem;
- Mirante da Torre;
- Cachoeira do Baú;
- Cachoeira do Poço Pari;
- Cachoeira do Curnicha;
- Cachoeira do Peixe Tolo;
- Cachoeira do Cubas;
- Cachoeira da Usina Velha; e
- Pocinho Azul.

Atrativos Históricos/ Culturais

- Matriz de Nossa Senhora da Conceição;
- Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos;
- Santuário do Bom Jesus do Matosinhos;
- Capela de Santana;
- Sobrado da Prefeitura e Câmara Municipal;
- Casa da Cultura;
- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Aparecida;
- Antiga casa da Câmara e Cadeia;
- Colégio São Joaquim;
- Chafariz da Praça Dom Joaquim;
- Matriz de Nossa Senhora Aparecida;
- Capela de Nossa Senhora dos Passos;
- Igreja de Santo Antônio;
- Igreja de São Francisco de Assis.

O ambiente cultural do município de Conceição do Mato Dentro é caracterizado pelo conjunto arquitetônico barroco, por um mosaico natural de grande beleza e pelas tradições quilombolas sejam elas na dança, na música, no folclore, no artesanato e nas comidas típicas (como o famoso pastel de angu) que conferem a municipalidade e à região um grande acervo cultural.

Com um calendário cultural diversificado, como pode ser observado na tabela a seguir, Conceição do Mato Dentro passou a ser tornar um grande atrativo turístico. Entre os inúmeros eventos realizados anualmente, os destaques são as festas do Divino e do Bom Jesus de Matosinhos (Tabela 6), realizadas no mês de junho.

Tabela 6 Conceição do Mato Dentro_ calendário de Eventos para o Ano de 2013

Mês	Eventos
Janeiro	Dia 1º - Festa de Nossa Senhora do Rosário Dia 20 Festa de São Sebastião
Fevereiro	Carnaval
Março	
Abril	Semana Santa Semana Ecológica
Maio	
Junho	Festa do Divino Dia 14 a 24 Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matosinhos (figura 5) Festa do Peão Boiadeiro
Julho	Dia 25 a 27 Festa de Nossa Senhora de Santana, São Benedito e Santa Rita
Agosto	
Setembro	Dia 07 a 09 Projeto Matriz
Outubro	Dia 12 Festa de Nossa Senhora Aparecida
Novembro	Dia 13, 14 e 15 Festival da Cachaça
Dezembro	Dia 08 Festa Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro. Secretaria Municipal de Turismo.

Figura 5. O jubileu do Bom Jesus de Matosinhos em Conceição do Mato Dentro Completando 225 edições em junho de 2012.

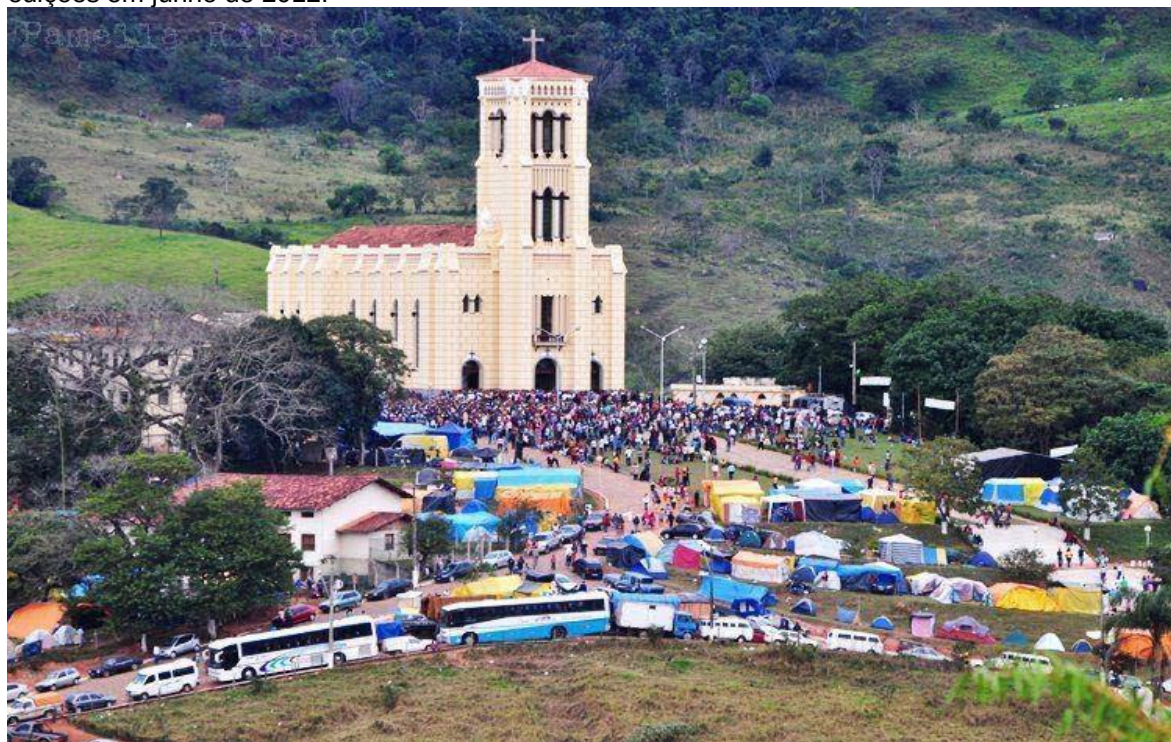


Foto: Pâmela Ribeiro

Há ainda a presença de dois circuitos oficiais de turismo na região (o da Estrada Real e o Circuito da Serra do Cipó).

Becker (2009) atenta que o município está inserido no trajeto da antiga Estrada Real por ter sido importante área produtora de ouro e diamantes durante o século XVIII.

O projeto do circuito turístico da Estrada Real foi criado em 2002 pelo governo do estado de Minas Gerais. Tem como propósito estimular o turismo na região, aproveitando as potencialidades locais da culinária, do artesanato, das belezas naturais e da arquitetura colonial barroca (BECKER, 2009).

Na figura 6, pode-se observar esse caminho de 440 Km, que no passado ligava o Rio de Janeiro à Diamantina, tinha como objetivo escoar a produção de metais preciosos durante o período colonial. Segundo Becker (2009), as comunidades visitadas passaram a ser favorecidas pelo governo através de políticas públicas que promovem ações destinadas à preservação e valorização dos patrimônios históricos, artísticos e socioambientais.

Figura 6: Circuito Turístico da Estrada Real

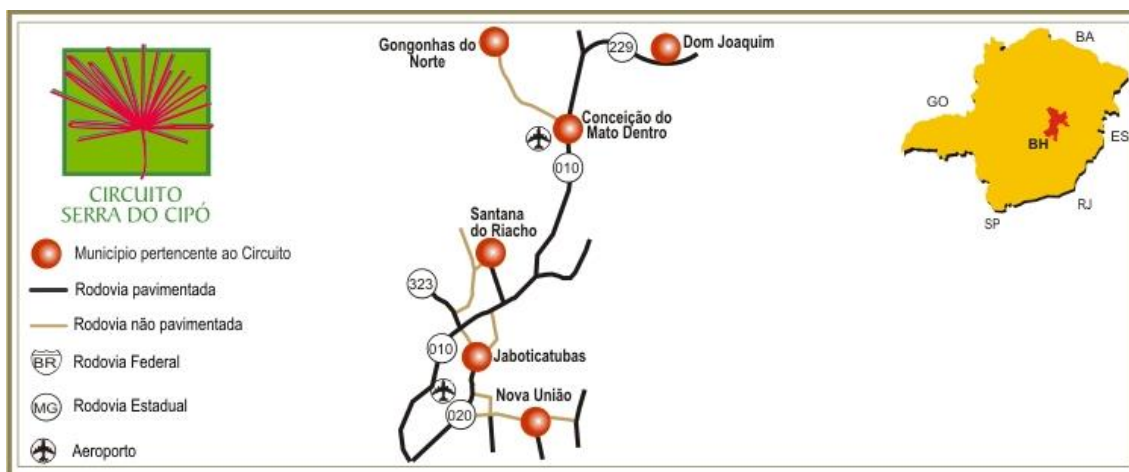


Fonte: Instituto Estrada Real

- Caminho velho – liga Parati a Ouro Preto
- Caminho Novo - Liga o Rio de Janeiro a Ouro Preto
- Rota dos Diamantes - Liga Ouro Preto a Diamantina

Becker (2009) também correlaciona o circuito turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó (figura 7) como mais um procedimento do poder público de desenvolver a região pela via do turismo. O circuito foi certificado oficialmente pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais em 28 de junho de 2004.

Figura 7: Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó



Fonte: Associação dos Municípios do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó

Este reúne os municípios de Conceição do Mato Dentro, de Dom Joaquim, de Congonhas do Norte, de Jaboticatubas, de Nova União e de Santana do Riacho. Atualmente, é uma das principais regiões turísticas de Minas Gerais. De acordo com Silva e colaboradores (2005, p.61-77), dentre as suas principais potencialidades, destacam-se:

- As inúmeras cachoeiras;
- Sua biodiversidade; e
- Uma enorme possibilidade para o lazer e a para pesquisa científica.

Para Becker (2009), desde então, a atividade turística ganhou importância e status de setor principal na estrutura produtiva, tornando-se o fio condutor do desenvolvimento. O apoio dado pelo poder público permitiu uma reestruturação econômica voltada para um crescimento endógeno na região.

Entretanto, todo esse investimento da indústria extrativa mineral na região, reorientando o desenvolvimento para o mercado externo, está pondo risco o desenvolvimento endógeno com ênfase no ecoturismo. Aumentou a importância do mercado externo como fator de desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, consolidou-se as premissas para as transformações da indústria extrativa em principal ramo da economia.

3.3 Possibilidades e desafios

A economia concepcionense, desde a decadência da mineração no século XVIII, adentrara em um cenário de complexos problemas estruturais com sinais evidentes de esvaziamento. Antes da chegada do mega empreendimento minerário em 2007, não possuía força econômica e vivia de uma pecuária bovina extensiva, de uma agricultura de subsistência e de pequenos estabelecimentos comerciais de serviços e industriais, além de uma atividade turística com grande potencialidade, porém ainda carente de infraestrutura.

De 2007 em diante, se vê marcada por trajetórias antagônicas. Se por um lado, se beneficia da acelerada expansão da indústria extrativa mineral, por outro, ela sente os efeitos oriundos do fraco desempenho dos demais setores produtivos.

É imprescindível sublinhar que a dependência em relação à corporação transnacional Anglo Ferrous será intensificada pela ausência ou desenvolvimento incompleto dos demais setores da economia. A crise estrutural em Conceição do Mato Dentro será agravada por contradições específicas engendradas pelo atraso, pela heterogeneidade das estruturas sócio-econômicas e pela dependência em relação ao capital internacional.

Ao passo que a indústria extrativa cresce em forte e contínuo ritmo, os demais setores observavam o agravar de sua realidade. A economia passa a ser a extração de minério de ferro. Portanto, ritmos distintos de transformações ocorrem e, ao que parece, tenderam a se tornar mais velozes.

A modernização em curso caminha para uma modernização conservadora⁴: em que se torna moderno alguns setores e mantêm outros atrasados. Desse modo, essa estratégia conserva e, inclusive, reforça a dependência ao capital mineral-exportador.

A existência de enormes áreas que apresentam fraco desenvolvimento impede o avanço da sociedade. O atraso múltiplo dos demais setores produtivos é um fator essencial que precisa ser superado.

Começando a reflexão pelas atividades agropecuárias, observa-se que muitas áreas oferecem dificuldades para sua utilização. No entanto, tal fato não deve constituir uma justificativa para o baixo aproveitamento do recurso terra, porque à

⁴ O primeiro intelectual brasileiro a usar o termo modernização conservadora foi Alberto Passos Guimarães (1977, p.3).

medida que os homens conseguem desenvolver as forças produtivas através do avanço técnico, científico-informacional, aperfeiçoando seus instrumentos de produção e qualificando a força de trabalho, a sua capacidade de transformar o espaço produtivo torna-se maior.

Para Macedo (2009), como a agricultura é a manipulação da natureza pela tecnologia, o agricultor que tem acesso, através de programas de pesquisa, ao conhecimento do solo, das plantas, de animais, das técnicas de irrigação e das linhas de créditos para adquirir máquinas, fertilizantes, enfim, insumos modernos podem produzir alimentos em abundância, mesmo que a terra seja pobre.

Portanto, é imprescindível incentivar nos estabelecimentos agropecuários procedimentos que visem o aumento da produção e da produtividade. Dentre esses procedimentos, Macedo (2009, p.135-136) destaca;

- Concessão de linhas de crédito;
- Técnicas de conservação do solo;
- Usos de máquinas, adubos químicos, orgânicos e defensivos;
- Sementes selecionadas;
- Assistência técnica;
- Qualificação profissional;
- Pastagens de qualidade;
- Acompanhamento veterinário;
- Inseminação artificial (cuidados com a genética);
- Melhoria dos meios de transporte e comunicação.

O desenvolvimento do setor agropecuário irá aumentar a oferta de alimentos e matérias primas para o setor urbano e consumir produtos da indústria (máquinas, fertilizantes, etc.). Poderá ainda atrair atividades industriais ligadas a alimentos e bebidas, pois há uma tendência desses setores se desenvolvem onde a agricultura e a pecuária são fortes.

A evolução da infraestrutura de transporte e comunicação, criada para atender a atividade mineradora, permitirá também um melhor aproveitamento do uso do espaço em relação às vias de acesso e do escoamento da produção. Com isso, as atividades econômicas se beneficiarão, pois as mercadorias produzidas serão comercializadas sem sofrer com o impacto negativo das barreiras espaciais.

Quanto à pequena lavoura, sua importância é indiscutível e deve ser incentivada, porque a mesma destina-se ao mercado interno, barateia o preço dos produtos e incentiva o comércio local. Além disso, contribui na alimentação da população, pois seus produtos são partes constituintes da sexta básica do lugar.

Ao analisar a economia concepcionense, o estudo destaca a importância da atividade turística para sua recuperação com destaque para o turismo sustentável como paradigma de desenvolvimento. Utilizando as ideias de Barbosa (2005), Barbosa e Zamboni (2000), Guimarães (2001), Martinelli (2004), Oliveira e Manso (2010), Trigueiro (2001), para que o desenvolvimento em Conceição do Mato Dentro seja humano, social e sustentável e haja “sucesso” em todas as formas de turismo (ecológico, histórico e religioso), o mesmo deve se pautar em cinco regras básicas:

1. Um padrão de desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, preservando a biodiversidade e a beleza do lugar, tendo como alicerce o cumprimento do capítulo VI do meio ambiente da constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que estabelecem os seguintes fundamentos jurídicos:
 - Artigo. 225_ Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público o dever de defendê-lo e à coletividade o dever de preservá-lo para os presentes e futuras gerações;
 - Parágrafo 2º_ Aquele que explorar os recursos minerais fica obrigado a recuperar o ambiente degradado de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei;
 - Parágrafo 3º_ As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independente das obrigações de reparar os danos causados;
2. Socialmente justo, que reduza a pobreza e as desigualdades;
3. Culturalmente ético e moral, que respeite os valores, tradições e identidades dos povos que habitam a região;
4. Economicamente viável a longo prazo, gerando encadeamentos para os demais setores socioeconômicos e garantindo a satisfação das necessidades básicas da população como emprego, segurança, saúde e educação e outros; e
5. E por fim, em termos político, que busque coordenar e elaborar iniciativas de âmbito local, regional e nacional com o propósito de se estabelecer como estratégia uma forma endógena de desenvolvimento com ênfase no ecoturismo, na sustentabilidade e na democracia.

Sendo atendidas essas condições, cabe apontar os desafios ou entraves que acabam sendo um obstáculo para o desenvolvimento desse setor na municipalidade:

- A infraestrutura física e social é carente e incompleta necessitando, principalmente, de hotéis e restaurantes de melhor qualidade;
- Os locais de importância turística são mal sinalizados;
- As estradas municipais, que ligam vários distritos rurais, são quase todas de terra, o que é mais um obstáculo aos visitantes que se dirigem aos atrativos;
- Não há uma estrutura de transportes coletivos que levem os turistas aos principais pontos de visitação; e
- O turismo na região está atrelado preservação do patrimônio cultural, histórico e natural e os mesmos correm sérios riscos com a chegada do mega empreendimento minerário porque o município será muito afetado pelo viés da mineração (SISEMA, 2008).

É necessário destacar ainda que o subaproveitamento econômico tem refletido nos indicadores sociais. O município está muito atrasado na garantia de um mínimo de qualidade de vida para sua população.

Em 2000, apresentou segundo o programa das Nações Unidas para o desenvolvimento humano e condições de vida um IDH médio de 0,672, ficando em 665º entre os 853 municípios do estado de Minas Gerais (PNUD, 2000).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede as realizações de uma população em três dimensões básicas: o conhecimento (medido por indicadores de educação); a saúde (medido pela longevidade) e o padrão de vida (medido pela renda). O mesmo é usado como referência de desenvolvimento sem se prender apenas a indicadores econômicos. Foi criado para enfatizar as condições de vida da população e estimular os debates sobre prioridades a serem definidas pelas políticas públicas. O indicador varia de zero a um. Quanto mais próximo de um melhor, ao contrário, mais próximo de zero, pior o índice (PNUD, 1998).

Segundo o IBGE (2003), de acordo com o Ranking Mineiro de Pobreza, Conceição do Mato Dentro ocupava a posição nº 771 em um total de 853 municípios mineiros com um percentual de 57,56% de pobreza em 2000.

Ao analisar um índice mais recente, que é o índice Firjan de desenvolvimento municipal, que leva em consideração emprego e renda, educação e saúde, e também varia de zero a um, observamos uma melhora lenta dos indicadores (tabela

7), porém os dados apresentados não animam e sinalizam uma economia pouco promissora e a necessidade de uma transformação estrutural.

Tabela 7: Conceição do Mato Dentro (MG) – Índice Firjan de Desenvolvimento municipal

Posição do Município no Ranking	Nacional	Estadual	IFDM
2005	4327°	766°	0.4869
2006	4164°	748°	0.5120
2007	3822°	692°	0.5570
2008	2842°	428°	0.6171

Fonte: Adaptado da FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. 2005, 2006, 2007, 2008.

- Alto desenvolvimento (superiores a 0,8 pontos)
- Desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8 pontos)
- Desenvolvimento regular (entre 0,4 e 0,6 pontos)
- Baixo desenvolvimento (inferiores a 0,4 pontos)

A crise tornou-se econômica e social. O município vem perdendo habitantes deste de 1970. A população está reduzindo, década após década, o seu ritmo de crescimento, como permite constatar a tabela 8.

Tabela 8: População residente, por localização urbana e rural Conceição do Mato Dentro - 1970-2010

	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
População	7013	33,	7712	39,	9104	48,6	10590	56,9	12269	68,5
Urbana		8		0						
População	13560	66,	12084	61,	9617	51,4	8009	43,1	5639	31,5
Rural		2		0						
TOTAL	20.573	100	19.796	100	18.721	100	18.599	100	17.908	100

Fonte: Adaptado do IBGE. Censos Demográficos. 1970, 1980, 1991, 2010

O fraco desempenho da economia contribui para taxas de crescimento demográfico negativo porque gera baixa geração de emprego. É um círculo vicioso na qual o desemprego gera desemprego e contribui para que as taxas de pobreza se mantenham elevadas. Com poucas oportunidades, é natural que a população mais jovem migre para outras regiões em busca de melhores oportunidades.

A economia conceicionense vem passando por um longo processo de esvaziamento econômico. O passado e sua conexão com os dias de hoje, somado a

estagnação das forças produtivas e o caráter econômico restrito e de subsistência ajudam explicar décadas de crise e “perdas”.

Observa-se que as atividades agropecuárias se desenvolvem de maneira muito lenta, aquém das suas potencialidades e possibilidades. O município apresenta uma vasta extensão territorial mal aproveitada que poderia ser mais bem incrementada pela agricultura, pela pecuária e pelo turismo.

No contexto das principais atividades produtivas, apenas o turismo vem gerando encadeamentos e apresenta um elevado potencial de desenvolvimento, os demais setores não vêm correspondendo para a geração de emprego e renda porque os mesmos lutam com problemas de baixa produtividade, por falta de maior evolução técnica, contribuindo para o fraco desempenho da economia.

Tal desproporção se traduz em pesado ônus sobre a parcela produtiva, encarregada da alimentação e produção de matérias primas, tarefas que, naturalmente, ainda não puderam ser cumpridas satisfatoriamente.

Em conclusão, políticas públicas específicas voltadas para o desenvolvimento de tais atividades podem alavancar esses setores e proporcionar uma alternativa econômica que substitua a atividade de mineração quando as lavras se esgotarem.

A partir destas e de outras questões, adiante se analisa as principais transformações observadas em sua estrutura produtiva durante a década inicial do século XXI, assim como os fatores que contribuíram para tais transformações e os impactos observados pelos novos arranjos produtivos ao turismo na região.

4 TOMBAMENTO DO COMPLEXO DA SERPENTINA: QUESTÃO CENTRAL PARA REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA PELA VIA MINERÁRIA

O capítulo anterior destaca alguns sinais do esvaziamento econômico em Conceição do Mato Dentro até a chegada do projeto Minas-Rio. A estrutura econômica do município se caracterizava pelo aumento da importância do mercado interno como fator de desenvolvimento, sendo o turismo o seu principal ramo.

Neste capítulo serão analisados os arranjos políticos que contribuíram para a ruptura do padrão de desenvolvimento endógeno que tinha como fio condutor o turismo e os impactos para esta atividade do novo arranjo produtivo baseado na especialização da produção de minérios de ferro voltada para o mercado externo. O foco analítico se concentrou no tombamento do complexo da Serpentina, conhecido em Conceição do Mato Dentro como serra da Ferrugem, que se tornou a questão central para a reestruturação econômica pela via minerária.

4.1 O papel do poder público

Para Becker e Pereira (2011), o cenário propício para o desenvolvimento do turismo em Conceição do Mato Dentro começou a mudar a partir do final de 2006, quando o governo de Minas Gerais sinaliza sua parceria com a empresa MMX para instalação do projeto mineral Minas-Rio e seu total apoio ao empreendimento composto de três estruturas básicas: a mina, o mineroduto e o porto, além da linha de transmissão de energia.

De acordo com o jornal Valor Econômico publicado no dia 10 dezembro de 2007, reportagem assinada pela jornalista Ivana Moreira:

No anúncio, numa solenidade no início do semestre de 2007 no palácio da Liberdade, o governador do estado, senhor Aécio Neves disse que o projeto é ambicioso, ousado, mas absolutamente realista e que o papel de Minas é facilitar a vida de quem quer empreender.

No final de 2007, o prefeito de Conceição do Mato Dentro, senhor Sebastião Soares dos Santos (do PSDB) também recebe de braços abertos o empreendimento e, segundo a reportagem do mesmo jornal, ele já fazia planos para quando o dinheiro sobrasse:

A vida será diferente, mas não necessariamente pior. A prefeitura tem hoje pouco o que fazer com os poucos recursos do orçamento, de R\$ 1,2 Milhão por mês. As estradas municipais, que ligam os vários distritos rurais, são todas de terra. Quando chove é atoleiro, quando não chove é poeira. Com o

aumento da arrecadação, haverá dinheiro para asfaltar tudo. Também será possível construir uma espécie de rodoanel, para desviar os carros da mineração da Avenida JK, que corta a cidade. Vai ser impressionante o crescimento da receita (MOREIRA, 2007).

As palavras do prefeito sinalizam que a indústria mineradora será o carro chefe da economia, um instrumento imprescindível para capitalizar o município livrando-o das dificuldades que o escasso orçamento não pode resolver.

Para os defensores do mega empreendimento minerário, a indústria extrativa não só contribuirá para a independência econômica da municipalidade, mas também resolverá seus principais problemas como o desemprego, a falta de perspectivas, a infraestrutura carente e outros (MOREIRA, 2007).

Segundo Becker (2009), mudanças significativas estão em curso na orientação econômica, política e territorial. O poder público, que antes incentivava o turismo na região, como por exemplo, no apoio dado ao Projeto do Circuito Turístico da Estrada Real e do Parque Nacional da Serra do Cipó, realizado pela Secretaria Estadual de Turismo de Minas Gerais, passou a favorecer abertamente investimentos estrangeiros que procuram estabelecer o controle sobre fontes de recursos naturais.

Rodrigues e Teixeira (2010), por sua vez destacam que o poder público exerceu e exerce uma influência enorme sobre o uso do território no Brasil, pois não só regula os processos econômicos através de medidas jurídicas, administrativas e financeiras, além de ser ele próprio um grande empresário.

Sobre este assunto é importante a contribuição de Harvey (2005, p.175), ao enfatizar que:

Na atualidade, desenvolvimento algum em larga escala acontece sem que o governo local (ou coalizão mais ampla de forças que constitui a governança local) ofereça, como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência.

É preciso avaliar a importância e a interação dos respectivos atores para compreender as alterações do uso do território em Conceição do Mato Dentro. O processo de migração da atividade extrativa mineral para o município não só representa a globalização das relações capitalista, como exerce também papel fundamental nas transformações do espaço geográfico e nas relações entre os diversos atores que atuam no mesmo e nos mais diferentes níveis e escalas.

Silveira, (2006 apud PEREIRA, 2011, p.98) afirma que:

Não há como explicar o território sem o seu uso. E não há como explicar o uso do espaço sem sua dimensão política. É essa condição híbrida que faz

do território usado uma categoria central para a formulação de uma teoria social.

A partir desta análise, a questão a ser reforçada diz respeito ao importante papel do poder público no processo de instalação da indústria extrativa mineral em Conceição do Mato Dentro. Para Becker e Pereira (2011), o sentido geral da intervenção no município consiste em deslocar o setor do turismo como fio condutor do desenvolvimento e tornar a indústria extrativa o setor principal. Este tem sido conseguido graças a incentivos fiscais, obras de infraestrutura e decretos variados.

Para facilitar o desenvolvimento da indústria extrativa mineral, o poder público municipal e estadual tomou uma série de medidas:

- Autorização dada pela prefeitura de Conceição do Mato Dentro para que a mineradora MMX operasse no município (DIVERSUS, 2011);
- Destombamento. Em 2007, a pedido do prefeito de Conceição do Mato Dentro, da serra da Ferrugem através um projeto do executivo enviado à câmara dos vereadores abrindo caminho para a atividade mineradora na região. A serra da Ferrugem foi tombada em 2004 pela Lei Orgânica do município, resolução nº 003/2004, artigo 172º, § 8º e o Plano Diretor da cidade, resolução nº 020/2003 proibia neste local qualquer tipo de exploração mineral que viesse a destruir o patrimônio natural e cultural da cidade.⁵
- Incentivos fiscais e decretos de desapropriação de terras públicas assinados pelo governo de Minas Gerais oficializando ser de utilidade pública a faixa de 30m de largura ao longo do trajeto do mineroduto no estado (MINAS GERAIS, 2009).⁶

⁵ No segundo semestre de 2007, o prefeito Sebastião Soares dos Santos enviou a câmara dos vereadores um projeto de lei sem número que tombava apenas um pedaço mínimo da Serra da Ferrugem localizada em frente à sede municipal, ou seja, retirava o tombamento de aproximadamente mais de 90% por cento da mesma, projeto este que foi votado e aprovado por consenso pelos partidos políticos da cidade a pedido do prefeito. Esta manobra política foi decisiva, pois acelerou o processo de implantação de um modelo de desenvolvimento exógeno baseado na especialização exclusiva na produção de minério de ferro voltado para o mercado externo.

⁶ Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, mediante acordo ou judicialmente, tendo como titular o estado de Minas Gerais, os imóveis constituídos de terrenos e benfeitorias situados nas faixas de terras delimitadas no anexo, salvo impossibilidade legal, necessários à construção das instalações complementares ao empreendimento Mineroduto Minas-Rio bem como a implantação das minas de minério de ferro e da usina e beneficiamento, localizada nos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, em favor da empresa Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S/A.
Parágrafo único. A declaração de utilidade pública mencionada no caput tem como justificativas: IV - a manifestação formal da Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. de viabilizar a implantação de um corredor logístico, composto por minas de minério de ferro, usinas de beneficiamento, mineroduto, porto marítimo e outras instalações, com o objetivo de extrair e beneficiar minério de ferro na região mineira da Bacia do Rio Santo Antônio, transportá-lo através de mineroduto, que

As alterações ocorridas em Conceição do Mato Dentro estão interligadas a uma nova estratégia de política econômica estabelecida a nível municipal e territorial.

A migração do capital mineral-exportador ocorreu em função de decisões políticas do poder público e da empresa Anglo Ferrous. Houve condições, tanto ao nível da municipalidade, como territorial e nacional que atraíram o capital e viabilizaram o empreendimento minerário.

De acordo com Becker e Pereira (2011), o apoio dado por parte do poder público à indústria extrativa mineral foi imprescindível para que a emergência da mineração ocorresse com relativa velocidade. Sinalizam também que a empresa mineradora que atua na municipalidade é bem articulada e tem como estratégia a interação com os diversos atores políticos com o propósito de se criar um ordenamento hegemônico de regulação do uso do território, transformando o espaço local em uma rede entrelaçada e submissa a um conjunto maior: a macroeconomia.

7

A partir de 2006, há uma associação entre o setor público e o privado:

- O empreendimento mineral entrou com seu potencial financeiro, técnico-científico e organizativo, enquanto o poder público facilitou e apoiou sua implantação (BECKER; PEREIRA, 2011);
- Quando a corporação mineradora der início à produção intensa de minerais, prevista para o segundo semestre de 2014, serão beneficiadas por políticas do governo brasileiro de incentivo as exportações (lei Kandir).⁸

atravessará diversos municípios dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e exportá-lo por meio de porto marítimo localizado no município de São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro, constituindo assim o empreendimento denominado "Projeto Minas-Rio";
 V - a necessidade de construção e operação da Estação de Bombas - EB1, integrada ao Mineroduto Minas-Rio, com o objetivo de escoar a produção oriunda das instalações industriais de mineração da Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A., localizadas na região dos municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, notadamente, suas minas de minério de ferro e usina de beneficiamento, de forma a viabilizar a implantação plena do empreendimento;
 VI - o Protocolo de Compromissos firmado entre os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e a MPC - Mineração Pesquisa e Comércio Ltda., atual Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A., em 26 de junho de 2006, cuja Cláusula Terceira prevê a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, total ou parcial, ou instituição de servidão administrativa ou pública de passagem dos imóveis constituídos de terras e benfeitorias, de propriedade particular ou de municípios envolvidos, necessários à construção e implantação do empreendimento;

⁷ Para maiores informações sobre o tema ler o livro de Lazzarine, Sérgio G. *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 3º reimpressão.

⁸ De acordo com o diário oficial da União publicado em 27 de dezembro de 2010, o projeto Minas-Rio está incluído no REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura) que foi criado em 2007 por meio da Lei 11.478, de autoria do executivo, através da portaria nº 983 do ministério. A lei isenta a Anglo Ferrous (braço de ferrosos da Anglo American) da contribuição ao

É importante sublinhar que as mudanças no rumo do desenvolvimento concepcionense tiveram lugar de destaque na política, ou seja, as decisões sobre o projeto ocorreram no âmbito político, sem a participação da comunidade local. A presença estatal foi um ponto central em todo esse processo.

As questões até aqui colocadas sinalizam que as concessões foram feitas ao capital minerador. O capital estrangeiro teve facilidades como isenção de impostos e, principalmente, o apoio do poder público. Tudo isso representa a possibilidade da indústria extrativa mineral ter menor custo de produção nesse empreendimento.

Becker (2009), por sua vez, destaca que enquanto que anteriormente a maioria dos representantes políticos considerava que o município deveria continuar ser a capital do ecoturismo, sendo a atividade turística o fio condutor do desenvolvimento, agora a esmagadora maioria apóia a indústria extrativa mineral.

Becker e Pereira (2011) em outro trabalho destacam também que em Conceição do Mato Dentro, a atenção do governo municipal está centrada nas medidas que assegurem o ulterior avanço econômico pela via minerária. A chegada do empreendimento é considerada não só como o meio mais importante da solução dos problemas de falta de recursos, mas também como meio de libertar o município da dependência em relação ao repasse de verbas dos governos estadual e federal.

Em prol desses objetivos, a prefeitura passou a colaborar com os empresários da indústria extrativa sob o patrocínio e arbitragem do governo do estado de Minas Gerais.

Neste novo cenário que se apresenta o papel da prefeitura que autorizou a instalação da empresa MMX e destombou a serra da Ferrugem, como o governo do estado através de incentivos fiscais e decretos de desapropriação de terras públicas, assim como o governo federal através de incentivos as exportações foram essenciais para viabilizar a exploração mineral na região e sua reestruturação econômica, com importantes impactos sobre o turismo, riscos ao patrimônio natural, ao histórico, ao cultural e à biodiversidade.

Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), na aquisição de máquinas e equipamentos, instrumentos e materiais de construção para a utilização ou incorporação ao ativo imobilizado, além da contratação de serviços. Também há a suspensão do PIS-Importação e da Cofins-Importação nas compras externas de bens ou materiais de construção importados diretamente pela empresa necessários para a implantação do empreendimento. Para maiores informações sobre o REIDI, consultar página <http://www.portaltributario.com.br/guia/reidi.html>.

Essa reestruturação irá provocar impactos ambientais diversos, afetando a vida humana, as espécies de animais, de vegetais e as águas subterrâneas e superficiais, o que comprometerá as belezas naturais da região (SISEMA, 2008).

4.2 Impacto da mineração de ferro

Diante desses impactos da atividade mineradora, é preciso analisar mais profundamente sua potencialidade, especificamente para o turismo em Conceição do Mato Dentro.

A degradação ambiental não deve ser atribuída apenas a um vilão, embora determinados países e empresas certamente tenham contribuído mais do que outros para que ela ocorra. A ameaça envolve, principalmente, os atuais padrões de consumo e produção de bens e serviços de todo o planeta. São padrões insustentáveis, que para ser alterados, como é necessário, exigirão contribuições, mudanças de postura e atitudes frente a um modelo de produção econômico que nos conquista pelo fetiche do supérfluo. Para Bauman (2010, p.42) “o consumismo de hoje não consiste em acumular objetos, mas em seu gozo descartável”.

Em relação ao meio ambiente, pode-se dizer que o consumo excessivo traz grandes prejuízos. O esgotamento de fontes não-renováveis e a exploração econômica de ambientes naturais são exemplos disso.

O consumismo exagerado de minerais e combustíveis fósseis a partir do advento da Revolução Industrial; somados à revolução das técnicas que produziu um arsenal de instrumentos capazes de explorar de forma intensa e ininterrupto os recursos naturais do planeta; e aliados a revolução dos meios de transportes e comunicação que eliminaram as barreiras espaciais comprimindo o espaço-tempo tem contribuído, de forma decisiva, para a destruição da natureza. Bauman (2010) destaca que esta destruição é decorrência da globalização.

Em Conceição do Mato Dentro, todo esse processo de globalização se materializa na municipalidade. A penetração da corporação mineradora somada às alterações na orientação dos investimentos exercerá uma poderosa influência sobre os aspectos econômicos e sociais e na transformação do espaço, refletindo em implicações para o desenvolvimento do turismo na região. Tais alterações irão contribuir também para diversas mudanças de natureza jurídica, urbanística, populacional, cultural e, principalmente, territorial.

Em dezembro de 2008, o governo do estado de Minas Gerais admitiu que as perspectivas para o turismo na região não são animadoras. Através do seu sistema de análise ambiental (SISEMA) deixou claro que o empreendimento minerador em Conceição do Mato Dentro irá gerar um dos maiores volumes de impactos que já se criou na localidade e que o município será muito afetado pelo viés da mineração (SISEMA, 2008).

Segundo o Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) os impactos mais expressivos são:

- Comprometimentos dos recursos hídricos regionais, tanto em termos de qualidade, como em quantidade;
- Alterações do uso da terra em grande escala, como por exemplo, para a implantação da barragem de rejeitos;
- Introdução de mudanças profundas nas condições sociais, culturais e econômicas da região de inserção do empreendimento;
- Modificação do perfil do relevo da região, implicando perda significativa do valor cultural e estético;
- Ameaças as espécies típicas endêmicas, ameaçadas de extinção e novas para a ciência;
- Interferência sobre processos biológicos;
- Redução do metabolismo vegetal pela deposição de poeiras;
- Alterações das estruturas dos ambientes florestados nas áreas de influência do empreendimento que acarretarão na morte ou afugentamento de organismos bem como a perda de habitats;
- Comprometimento de um espaço natural ainda pouco estudado pela ciência (SISEMA, 2008, p.49).

O empreendimento pretendido visa à exploração de minério de ferro nas serras do Sapo e Ferrugem (figura 8). Sua exaustão é estimada para o 33º ano (SISEMA, 2008).

Figura 8: Serra da Ferrugem- MG (2011). Exploração de minério de ferro



Fonte:

Jornal Estado de Minas- 07/02/2011

Uma frente de lavra, única, progressiva, deverá formar uma extensa cava na vertente leste das serras do Sapo/Ferrugem, em uma extensão contínua estimada de 12,25 KM (SISEMA, 2008).

Apesar de viável economicamente, o percentual médio do teor de ferro do jazimento é considerado baixo, implicando extrações de grandes volumes, com grande geração de estéril e rejeitos (SISEMA, 2008).

Segundo estudos, a área impactada será de aproximadamente 612,5 hectares e as substâncias requeridas são o cromo, o minério de ferro, o minério de manganês e o quartzito (SISEMA, 2008).

De acordo com informações obtidas junto ao SISEMA (2008, p.130), “a vegetação de canga, a vegetação florestal e capoeirinhas totalizam em torno de 91% da área impactada, conforme pode ser observado na tabela 9, com tendência a se manter irreversível, pois o meio não retorna à sua condição natural”. O empreendimento causará impactos naturais e biológicos na região, com destaque aos recursos hídricos e a biodiversidade e causará uma significativa mudança estrutural na economia.

Tabela 9: Área impactada pelo empreendimento

Descrição	Área (ha)	%
Pasto sujo e campo extensivo	51,61	6,19
Vegetação sobre canga	460,13	55,19
Capoeira/Capoeirinha	201,53	24,17
Mata	96,90	11,62
Candeial	8,93	1,07
Pasto limpo melhorado	14,58	1,75
Total	833,68	100

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente (MG). Parecer Único SISEMA nº 001/2008.

“O empreendimento em questão visa à extração de minério de ferro em lavra a céu aberto e posterior beneficiamento por flotação” (SISEMA, 2008, p.04). É importante acrescentar que a lavra a céu aberto, como é o caso da mina de Conceição do Mato Dentro, se desenvolve ao ar livre em depósitos superficiais. A figura 9 nos permite constatar que a mesma envolve maior volume de material e maior remoção de material. A flora e a fauna do local são retiradas e o relevo e a paisagem sofrem uma grande modificação, o que a torna mais impactante do ponto de vista visual.

Figura 9: Conceição do Mato Dentro (MG): serra da Ferrugem Planta de Beneficiamento



Foto: Dorinha Alvarenga

Dentro em breve o complexo da Serpentina, conhecido em Conceição do Mato Dentro como serra da Ferrugem, desaparecerá provocando uma radical mudança na paisagem do lugar.

A atividade turística em Conceição do Mato Dentro é particularmente vulnerável às mudanças ambientais. Essas mudanças são as que causam os maiores desafios ao desenvolvimento sustentável na região.

Segundo o Parecer do SISEMA (2008, p. 87):

Serão alteradas radicalmente algumas montanhas que compõem as serras da Ferrugem e do Sapo atributos da beleza cênica da região. Alguns cursos de águas terão suas disponibilidades reduzidas, principalmente nas nascentes que podem ser extinguir presentes nas serras do Sapo e Ferrugem. Esses cursos de água não só compõem a paisagem, mas são atualmente utilizadas para o abastecimento humano, dessedentização de animais, irrigação, agroindústria (fabricação de queijos e cachaça). O empreendimento minerário irá provocar alteração na paisagem urbana e rural, em seus diversos níveis (culturais, econômicos, físicos, urbanísticos, etc.) e também irá gerar impactos potenciais sobre a potencialidade turística da região.

As medidas tomadas pelo pela prefeitura de Conceição do Mato Dentro e pelo governo do estado Minas Gerais para viabilizar a indústria extrativa mineral sepultaram as perspectivas do turismo na região.

No relatório do SISEMA (2008, p.87-89), Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S. A, registra-se:

O empreendimento irá promover intervenções que afetarão sobremaneira atributos da região. As transformações culturais e paisagísticas decorrentes da implantação do empreendimento deverão comprometer, de forma irreversível elementos que conferem a região, como um todo, o atributo “agradabilidade”, reduzindo sua atratividade em termos turísticos.

O turismo está atrelado à preservação do patrimônio cultural, histórico e natural de Conceição do Mato Dentro. É difícil imaginar o seu fortalecimento convivendo lado a lado com a exploração mineral.

Hoje (2013), o município se insere num novo cenário e contexto em que seu espaço ambiental⁹, que era explorado, principalmente, pelo turismo, vai se destacar eminentemente como exportador de *commodities* necessárias a economia mundial.

Sobre isso se faz oportuno observar o que diz Becker e Pereira (2011, p.238 e 254):

A inserção do projeto Minas-Rio na Região ocorreu em momento histórico especial: quando se consolidavam os esforços para instituição de uma política ambiental com viés conservacionista associada ao ecoturismo como atividade indutora do desenvolvimento local. Portanto, muda-se o horizonte daqueles que ao invés de vislumbrarem uma cidade turística, com ênfase

⁹ Para Montibiller Filho, Gilberto (2001), espaço ambiental é aquele em que uma economia se abastece de recursos do meio ambiente e deposita seus rejeitos.

no ecoturismo idealizada com diretrizes do Plano Diretor elaborado de forma endógena passam a vislumbrar uma cidade minerária, idealizada pelas diretrizes de um plano condutor centralizado elaborado de forma exógena. Considerando as externalidades da mineração como poluições, desmatamento, escavações, extinção de nascentes, transformação do modo de vida tradicional entre outras, a atividade do turismo fica comprometida em sua essência.

A moderna mineração no município, marcada pelos novos usos do território, vai transformar seu espaço geográfico através da utilização de instrumentos de trabalho, formas de organização da produção e pela especialização produtiva - principalmente a produção de minério de ferro, voltados para mercado externo.

Para Becker e Pereira (2011), a prefeitura procura concretizar um modelo de desenvolvimento que se caracteriza por elevado grau de dependência em relação ao capital minerador. Esse modelo, de forma contraditória, permite ao mega empreendimento controlar a tomada das mais importantes decisões a respeito das questões econômicas e da organização do espaço. A dependência do município caminha para um caráter estrutural.

Naturalmente, tudo isso exigiu alteração da orientação social, gerando descontentamento com certos aspectos da política do governo no tocante aos problemas de embates entre os interesses econômicos do empreendimento e nos interesses sociais das populações atingidas pelo empreendimento.

Fernandes e organizadores (2011, p.14) são contundentes ao afirmarem que:

Ao se instalarem tais empresas geram conflitos advindos do contraste entre o valor de uso que as comunidades locais e tradicionais fazem do território e o valor de troca que tal empresa, porventura, esteja buscando. Assim, os habitantes de uma região perdem, em grande medida, o poder de regência do território, isto é, o poder de governar, administrar, regular e conduzir seus próprios negócios, dentre eles, o uso do espaço. Sob o imperativo da economia globalizada as injustiças socioambientais tendem a se aprofundar.

Já para Valle (2009), as comunidades quilombolas, formada a mais de três séculos em Conceição do Mato Dentro, são uma das principais atingidas. Elas entram em conflito com os interesses da atividade mineradora porque essas comunidades querem o território para manter o seu sustento e preservar suas tradições. Elas são fortemente ligadas ao meio ambiente em que vivem e dele não podem ser separadas. Qualquer projeto de desenvolvimento culturalmente sustentável deve ter como propósito conservar os valores, as práticas e os símbolos de identidade desses povos.

Sobre este assunto Da Fonseca e colaboradores (2012, p. 297) são enfáticos e fazem o seguinte apontamento:

É preciso um olhar que vai além dos danos ocasionados ao meio ambiente, é preciso abarcar neste conceito de meio ambiente o ser humano que é o principal atingido no processo, é preciso ter um olhar voltado para os valores culturais e simbólicos, os sonhos e outras questões que estão além do meio biótico, do ambiente econômico e político que tais embates estão inseridos.

Economicamente, as comunidades quilombolas se baseiam no uso dos recursos naturais renováveis. O uso sustentado desses recursos é de fundamental importância para a reprodução dessas comunidades. É importante destacar que a interferência desses grupos no meio ambiente é pequena e vários fatores contribuem: a baixa densidade populacional e o restrito desenvolvimento tecnológico (DIVERSUS, 2011).

Sobre os impactos, as comunidades tradicionais devem ater-se, imprescindivelmente, também às palavras de Fernandes e organizadores (2011, p.3) quando dizem:

O exemplo de Conceição do Mato Dentro (MG) é bem ilustrativo, revelando a existência de tensão social provocada pela negligência de construção de uma base social propícia ao estabelecimento de relações sinérgicas entre agentes do estado e membros da sociedade civil. Deficiência das ações de comunicação social por parte da empresa. Violação de direitos humanos. Desarticulação das comunidades atingidas ligada às negociações individuais e não coletivas. Baixa coesão social ligada ao processo inicial de aquisição de terras. Sensação de insegurança ligada à fragmentação do processo de licenciamento que se arrasta há anos, o que gerou um sentimento de impotência dos cidadãos, visto que tornou o empreendimento minerário inegociável. Além de marginalização dos atingidos, ligada à falsa culpa imputada por terceiros, pelo atraso do processo de licenciamento do empreendimento.

No dia 28 de março de 2010 o jornal Estado de Minas publicou: “Disputa entre mineradora e preservação deixa cidade em pé de guerra”. Segundo a reportagem, assinada pela jornalista Zulmira Furbino, na área rural de Mambuca, em Conceição do Mato Dentro, descendentes de comunidades quilombolas tradicionais estão sendo desapropriadas para a implantação do empreendimento minerador.

No dia 19 de dezembro de 2012, com o objetivo de elucidar quais são os principais problemas enfrentados pelos moradores da região diretamente impactados com a implantação do projeto Minas-Rio conversamos informalmente com o senhor Sebastião Nunes da Silva, que nasceu em 3 de novembro de 1937, no distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, uma das áreas mais impactadas pela atividade mineradora em Conceição do Mato Dentro, o antigo morador descreve:

Muitos moradores estão sendo desapropriados. Eu mesmo fui um deles. Lembro que quando voltei para visitar o lugar em que nasci e vivi a maior parte da minha vida não tinha mais quase ninguém lá. As árvores foram derrubadas, os animais desapareceram e o rio de água limpa ficou com a

cor de barro. Só havia lama e areia nos morros. Quando eu vi tudo aquilo, fiquei muito triste.

No que se refere à situação descrita pelo morador, nenhuma novidade se apresenta. O mesmo diagnóstico foi apresentado anteriormente por uma pesquisa desenvolvida pela Diversos (2011, p.301-319) que revela os principais problemas enfrentados pela população diretamente atingida com a implantação do projeto Minas- Rio.

Em outra reportagem na imprensa, no dia 17 de abril de 2012 o jornal Estado de Minas, publica: “Mineradora descumpre acordo com ministério público em Conceição do Mato Dentro”. Segundo o jornal, somado à desapropriação, a população quilombola tem denunciado vários impactos na região:

Contaminação das nascentes de água, envenenamento da criação, fragmentação e perda de coesão de comunidades e famílias, invasão de terras e retirada sem autorização de equipamentos como porteiras e cercas, usados para delimitar as propriedades (FURBINO, 2012).

Esta reportagem transcreve ainda a opinião da socióloga Maria Elisabete Gontijo dos Santos que trabalha no centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Para a pesquisadora:

As Comunidades tradicionais, descendentes de quilombolas, como é o caso da maioria dos grupos atingidos pelo projeto da Anglo American, têm direito ao seu território garantido pelo artigo 69 do Ato das Disposições Condicionais Transitórias da Constituição Federal, que dá a elas a posse e o título da terra. Nesse caso, existem questões históricas, culturais e sócio-ambientais envolvidas. As comunidades vivem na região de Conceição do Mato Dentro há mais de 100 anos e não foram instaladas ali artificialmente. Trata-se de territórios historicamente ocupados, resultado de um processo de resistência à escravidão. Essas comunidades vivem em harmonia com o meio ambiente. A transferência para outros locais desagrega essas pessoas, que perderão uma cultura que vem passando de geração para geração (FURBINO, 2012).

O relatório SISEMA (2008, p.102) critica o estilo TOP-DOWN (de cima para baixo) do empreendimento minerador em Conceição do Mato Dentro ao enfatizar que.

Os contatos realizados pela equipe do SISEMA em visita à região do empreendimento e as manifestações registradas nas audiências públicas atestavam que os grupos de interesse, principalmente aqueles diretamente impactados pelo empreendimento (moradores, proprietários de terras, usuários dos cursos hídricos situados em áreas requeridas para instalação do empreendimento) desconheciam a magnitude em que serão afetados e não estavam participando de qualquer processo de definição das medidas a eles destinadas.

A relação Estado-empresa-sociedade vem sendo marcada no município por perfis distintos e seus resultados negativos foram quase uma constante para alguns

setores. As manifestações tradicionais, assim como os antigos modos de vida estão sendo prejudicadas.

Segundo Becker e Pereira (2011, p.254):

A parceria Estado-empresa, visando promover o desenvolvimento regional sustentável pela via mineraria, implicou, no entanto, em poucas medidas para viabilizar o construtivismo social e a qualidade de vida da população atingida pelo empreendimento no município de Conceição do Mato Dentro. A demora dos órgãos públicos em assumir a proatividade no processo de regulação das relações entre a empresa e a sociedade, prejudica as possibilidades de ação coordenada com os prazos de execução de condicionantes, delineando um cenário socioambiental pouco responsivo aos princípios normativos da sustentabilidade do desenvolvimento.

A ocupação e ordenamento do território têm assegurado, em grande parte, os interesses do mega-empreendimento minerador na região submetendo a estes o direito das comunidades locais.

É inegável que a introdução da indústria extrativa mineral tem transformado a realidade de Conceição do Mato Dentro e que o poder público tem reforçado os impactos da mineração. É de se destacar ainda que a participação comunitária foi excluída de todo esse processo.

Para Fernandes e organizadores (2011, p.14):

O caso de Conceição do Mato Dentro (MG) chama atenção para a importância de se atentar para a maneira como as grandes empresas influenciam o comportamento do poder público – União, estados e municípios – indicando-lhes formas subordinadas de gestão do território que, por sua vez, está sujeita a uma lógica global.

A reflexão se faz presente. É importante frisar que há um forte movimento em marcha que busca internalizar o território concepcionense, e, ao mesmo tempo, enfraquecer o controle político e administrativo do município.

Portanto, o capital minerador que atua em Conceição do Mato Dentro procura moldar o espaço local de acordo com os seus interesses. Ao apropriar-se do mesmo, o transforma em um ponto submisso nesse emaranhado maior que forma uma extensa rede, dispersa, fragmentada, mas articulada a nível nacional e global.

Silveira (2006, p.25) afirma que existe uma pressão enorme daqueles que comandam. “Quien tiene más fuerza impone formas de usar el territorio y de contar La historia del presente”.

Embora não seja um fenômeno historicamente novo, a mineração passou ao centro da discussão no município onde há um embate constante entre aqueles consideram o empreendimento positivo, e outros que o julgam negativo.

No dia 19 de março de 2012 a justiça, através de uma liminar, concedida ao Ministério Público Federal (MPF) em atuação conjunta com o Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPMG), havia suspenso as atividades da mineradora Anglo Ferrous em Conceição do Mato Dentro. Um oficial de justiça acompanhado da polícia militar esteve nas obras do empreendimento e determinou a paralisação imediata das atividades. A decisão foi deferida diante do risco de destruição irreversível do patrimônio histórico da região inclusive sítios arqueológicos (FURBINO, 2012).

Segundo a juíza Maria Jacira Ramos e Silva que deferiu a liminar, em entrevista ao jornal Estado de Minas no dia 22 de março de 2012:

Toda ação que possa gerar dano ao meio ambiente deve ser previamente analisada a fim de evitar ou minimizar o impacto ambiental. Onde houver risco ou dano irreversível, deve ser tomada uma medida de precaução para prevenir o prejuízo (FURBINO, 2012).

A reportagem: "Justiça suspende atividade de mineradora em Conceição do Mato Dentro", assinada pela jornalista Zulmira Furbino transcreve ainda a visão da empresa. Em nota, a Anglo American através da sua assessoria de imprensa divulgou o seguinte informação:

O Projeto Minas-Rio não colocou em risco o patrimônio artístico e cultural de Conceição do Mato Dentro. A empresa realiza o monitoramento arqueológico de todas as intervenções do empreendimento com a remessa de relatórios bimestrais aos órgãos competentes, conforme determina a condicionante 99 do processo de licenciamento ambiental referente às áreas da mina e da planta de beneficiamento do projeto (FURBINO, 2012).

Quatro dias após paralisar suas atividades, em 24 de março de 2012, a companhia conseguiu derrubar a liminar contra esta decisão.

É fato que desde o momento em que o município foi escolhido com a sede do capital minerador, uma divisão na opinião da população ficou clara. Enquanto parte vibrava com a possibilidade de presenciar de perto um evento de tamanha magnitude e, na linha do discurso oficial do governo, enxergava a escolha com um desdobramento natural da crescente importância da municipalidade em função da abundância de recursos minerais, outros temiam que esta atividade, em vez de gerar oportunidades, consumiria os preciosos recursos e causariam um imensurável dano ambiental, transformando para sempre a paisagem e o modo de viver na região.

Na imprensa, no dia 10 de dezembro de 2007 o jornal Valor Econômico publicou uma matéria com o seguinte título: "Na praça e no sermão, cidade mineira debate o preço do progresso". A reportagem, assinada pela jornalista Ivana Moreira

transcreve um cenário de questionamentos levantados por diferentes seguimentos da sociedade concepcionense e até pela igreja, como pode ser observado nas entrevistas abaixo:

Os moradores locais encontram-se mais cautelosos, desconfiados e apreensivos: o que será da cidade sossegada, que dorme com as portas destrancadas, o que será das cachoeiras? (pergunta Lena Silva, moradora da cidade).

Até o padre da cidade, Marcelo Romano colocou a discussão no sermão da missa: o dinheiro vai embora e muitos vão ficar sem nada, sem dinheiro e sem terra. O céu não é só para depois da morte, o céu é vida digna, aqui na terra. A empresa apresenta o céu, mas alguém tende contar que existe um inferno por trás disso tudo. Este céu, não será para todos.

Já os comerciantes locais estão entusiasmados com a vinda da mineradora: vai haver alguma depredação da natureza, a cidade não será tão tranqüila, mas é a contra partida para o desenvolvimento. (opina Antônio Costa Ferreira Filho, comerciante, vendedor de roupas a utilidades domésticas no centro da cidade) (MOREIRA, 2007).

Ainda segundo a matéria do jornal Câmara dos Deputados publicada em 16 de dezembro de 2011: “Impactos da mineração no interior do País”, assinado pelos jornalistas Daniel Amador e Carolina Cambiaghi, o secretário de Meio Ambiente de Conceição do Mato Dentro, senhor Sandro Heleno Lage está preocupado e sinaliza a necessidade do planejamento:

Somos uma cidade pequena, que precisa de estrutura de cidade grande para dar conta dos novos desafios. Esse cenário gera o descompasso que incomoda tanto o cidadão, que sente na pele a dificuldade do poder público em acompanhar as infinitas demandas que aparecem com o empreendimento. Nós temos ainda um impacto grande pelo crescimento do contingente de trabalhadores na cidade formando repúblicas. Nós não conseguimos mais receber turistas, porque não temos vagas em pousadas, hotéis ou casas para alugar. Nos últimos dois anos, o aterro sanitário controlado virou um lixão a céu aberto com o aumento da quantidade de lixo produzido. A mineradora não tem cumprido cláusulas que falam de coleta, acondicionamento e tratamento de resíduos. Alerto que a degradação ambiental vai cobrar um preço muito alto dos moradores da cidade.

Estima-se que existam na cidade mais de 8 mil trabalhadores de empresas prestadoras de serviços ou da própria Anglo Ferrous. Uma casa cujo aluguel em Belo Horizonte é negociado por R\$ 1.000,00, em Conceição pode variar em até R\$ 4.000,00.¹⁰

Pessoas estão migrando, pois há uma correlação entre crescimento da atividade econômica e dinâmica populacional. Só atrai população quem está em

¹⁰ Estes dados foram citados pelo senhor promotor Paulo César Vicente de Lima durante a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária do 17º Legislatura, realizado em 06 de mai. de 2013. Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/info.php?id=253>. Acesso em: 27 de jul. de 2013.

expansão econômica. Isso significa maior pressão por serviços públicos e aumento brusco da população flutuante.

O principal fator de atração se dá em função da oferta de empregos na indústria extrativa aí instalada. Entretanto, a demanda por força de trabalho resulta também da expansão dos serviços executados por órgãos do governo e por outras empresas particulares (saneamento básico, saúde, educação, segurança, habitação, etc.).

Fernandes e organizadores (2011, p.9) vão além, defendendo a ideia de que:

Os efeitos “*ímã*” e “*expulsão*” se explicam, em boa medida, porque as cidades não mineradoras dos entornos das cidades que abrigam grandes minas têm indicadores econômicos e sociais piores.

O fato é que a migração da indústria extrativa criou (ampliou) problemáticas novas: as formas de urbanização e as crises habitacionais e sanitárias. Somam-se a estes, os efeitos ambientais, sociais e políticos criados pelas novas territorialidades no campo e na cidade.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Fernandes e organizadores (2011, p.13) afirmam que:

Os efeitos gerados pela atividade de mineração não são estanques, isto é, não afetam apenas uma dimensão, e sim, todas as dimensões socioeconômicas, ambientais, político institucionais, tecnoglobais, território-sociais, etc., pois uma dimensão está intimamente associada às outras gerando efeitos em cadeia.

Com o objetivo de subsidiar o entendimento dos impactos do empreendimento fora do entorno do projeto minerador (cava da mina), no dia 18 de dezembro de 2012, entrevistou-se o senhor Áureo Chaves Dinis proprietário de terras em Conceição do Mato Dentro. Foi perguntado ao entrevistado se já era possível identificar as mudanças no dia a dia de Conceição com a chegada do projeto Minas- Rio. O morador relatou:

Hoje (2012) a gente anda nas ruas e não conhece mais ninguém. Estamos perdendo a nossa identidade porque têm muitos forasteiros chegando. A cidade já tem congestionamento e as drogas e os furtos já fazem parte do dia a dia de Conceição.

A vida de uma cidade do interior está sendo transformada pela mineração de ferro. A aceleração do desenvolvimento, da modernização, da urbanização e do grande número de pessoas estranhas que chegam e não mantém vínculo com a localidade poderá acarretar enormes consequências para a organização do espaço e um grande desenraizamento em relação aos costumes locais, pois os migrantes recém chegados carregam “novos valores”, que muitas vezes, se contrapõe às

tradições do lugar e acabam provocando um processo de aculturação e transformações sócio-culturais.

As contradições econômicas e sociais, cuja liquidação era o principal objetivo da estratégia de modernização centrada na indústria extrativa mineral, tornaram-se mais agudas, o que é comprovado, em primeiro lugar, pela intensidade das lutas de diversos segmentos da sociedade conceicionense.

A cidade de Conceição do Mato Dentro vive hoje (2013) o dilema entre a preservação de sua aptidão cultural e turística e a atividade mineradora, trazida pelo grupo inglês Anglo Ferrous através do projeto Minas-Rio.

A mineração promete alavancar a economia do município através do aumento dos impostos (*royalties*). Por outro lado, a atividade mineradora representa uma ameaça ao meio ambiente e ao crescimento sustentado através do ecoturismo com ênfase na preservação ambiental.

Segundo Becker e Pereira (2011), a falta de transparência no processo de aquisição de terras, no licenciamento ambiental (o mesmo tem 342 condicionantes), a grande fragmentação social onde cada comunidade isolada tenta resolver sua situação pessoalmente tem agravado a situação.

É importante enfatizar que hoje (2013) em Conceição do Mato Dentro as necessidades essenciais (como moradia, saneamento básico e outras) ainda não foram atendidas. E o surgimento de novas necessidades devido a um crescimento muito rápido da municipalidade deve agravar os conflitos.

A ausência de um planejamento adequado para receber população de áreas próximas ou até mesmo de outras regiões, consequência de “desequilíbrios” econômicos regionais, agravam tal situação. Sem planejamento, a cidade não consegue fornecer as condições sanitárias e de infraestrutura básicas aos novos moradores, gerando mais desigualdade social.

Sobre isso já nos alertava Becker e Pereira (2011, p. 255-256), ao afirmar que:

Medidas poderão ser tomadas a priori para que as rendas geradas desde o início do processo possam contribuir para o desenvolvimento e a permanência da vitalidade socioeconômica do município durante o licenciamento ambiental passando pelo tempo de vida da mina e também após o seu fechamento. Caso contrário, o cenário que a mineração constrói, consolida e deixa para esses territórios continuará sendo muito pouco promissor à promoção da geografia da igualdade no país.

Observa-se que a expansão da atividade mineradora sobre esse rico patrimônio natural e arquitetônico irá afetar a qualidade ambiental de todo

ecossistema da região comprometendo o ar, a água, o solo e outros elementos. Medidas regeneradoras no espaço degradado tornam-se urgentes e necessárias, caso contrário, estes problemas recairão, num segundo momento, sobre toda sociedade concepcionense.

É fato que a mineração de ferro em Conceição do Mato Dentro já tem gerado impactos diversos (conflitos de uso do solo, geração de áreas degradadas, transtorno urbanos etc.). A pressão da sociedade, do poder público, do avanço da ciência, da tecnologia, da informação que criam novas possibilidades para o homem, além das grandes empresas que possuem quadros qualificados para o atendimento das questões ambientais dos seus empreendimentos, podem diminuir enormemente os efeitos colaterais desses impactos.

Para Guimarães (2001), a consciência e a participação política somadas as ações do poder público, constituem a base de transformação da sociedade. As práticas de má gestão pública e o descomprometimento individual inviabilizam tais transformações.

Portanto, o desafio político em Conceição do Mato Dentro é o fato do território deixar de ser usado apenas como um recurso vantajoso aos agentes hegemônicos do capital minerador. O poder público e a sociedade organizada terão um papel essencial não só induzindo o desenvolvimento como regulando o espaço de acordo com os interesses locais.

A partir desse entendimento, Pereira (2011, p.99), enfatiza que:

Se nossas análises valorizarem exclusivamente à política das grandes empresa e se nossas preocupações se voltarem para a tarefa de operacionalizar e propor o desenvolvimento a partir dos interesses de tais agentes como se fossem os únicos a oferecer os “remédios possíveis”, ou, ainda, como se eles fossem os únicos capazes de ditar as ações e propor o futuro, o fundamento político da análise territorial acabará restrito à política das grandes empresas.

As forças que deixam o palco político de Conceição do Mato Dentro (atreladas ao desenvolvimento endógeno tendo como fio condutor a expansão do turismo na região) ainda há possibilidades suficientes para exercer influência sobre a tomada de decisão. Tudo isso significa que a luta por diversas variantes da reorganização política, social e espacial não terminaram absolutamente após a penetração do empreendimento minerador, mas apenas ingressou numa nova fase.

Os recursos naturais concepcionenses (sobretudo o minério de ferro) constituem a base da atual efervescência política, dos conflitos sociais e ambientais diversos e de uma maior mobilidade demográfica direcionada à região.

Parafraseando o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade: “Conceição é só um quadro na parede.” Na parede de escritório *business*. Mapeado, cartografado e sinalizado como área de exploração da indústria extrativa mineral.

A alteração na orientação dos investimentos a partir da penetração da empresa mineradora Anglo Ferrous exercerá uma poderosa influência sobre os aspectos econômicos e sociais e na transformação do espaço, contribuindo para diversas mudanças de natureza jurídica, urbanística, populacional, cultural e, principalmente, ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, mostrou-se a relevância da atividade mineradora como organizadora do espaço concepcionense e centralizadora das demais atividades econômicas. Fez-se um alerta que, no passado, a estrutura de produção tradicional da mineração deixou para trás a economia em ruínas, embora tenha sido o fator inicial do processo de acumulação primitiva capitalista em Conceição do Mato Dentro. Nesse sentido, há um destaque para a importância do novo ciclo minerador para a economia, gerando importantes transformações em função do substancial aumento dos recursos que serão repassados aos cofres do município decorrentes dos impostos da mineração. Ressalta, contudo, o empreendimento (projeto Minas-Rio), apontando as possibilidades e os desafios para que esta atividade consiga promover maiores encadeamentos para aos demais setores da economia sem destruir o patrimônio histórico, natural e arquitetônico, evitando incorrer em erros históricos que deixaram vazios econômicos para gerações futuras.

São destacados os fatos políticos que contribuíram para migração do capital e os impactos da atividade mineradora sobre o turismo na região, que até então, era o fio condutor do desenvolvimento.

Pelo exposto e considerando que haja um comprometimento real do poder público, da sociedade organizada e da empresa mineradora Anglo Ferrous com o propósito de levar a cabo um padrão de desenvolvimento com distribuição e sustentabilidade para que o município sobreviva, e bem, após a exploração das lavras, recomenda-se um padrão de uso do CFEM que evite a armadilha do caixa único e direcione o mesmo, através de uma legislação específica para atividades que promovam o turismo, estimule os setores agropecuários, gere renda e emprego. Considera-se essencial que esse padrão de desenvolvimento:

- A) Seja ambientalmente sustentável, que preserve a biodiversidade e a beleza desse lugar;
- B) Socialmente justo, que reduza a pobreza e as desigualdades;
- C) Culturalmente ético e moral, que respeite os valores, tradições e identidades dos povos que habitam a região; e
- D) Amplamente democrático, que assegure o acesso e a participação de todos os segmentos da sociedade concepcionense com transparência nas decisões tomadas pela empresa mineradora.

Visando contribuir para o fortalecimento de políticas públicas adicionais que reduzam os impactos e garantam a sustentabilidade após ciclo da atividade mineral, propõe-se:

1. Um planejamento efetivo, desde a implantação do projeto minerador, de modo que quando seu fechamento ocorrer os impactos sociais e ambientais sejam minimizados, estabelecendo instrumentos compensatórios e reparatórios para o meio ambiente e o patrimônio natural, definindo claramente a aplicação nas normas de proteção ambiental, responsabilidade do licenciamento e fiscalização que viabilize uma logística que possa atuar de forma rápida e eficaz. Sem burocracia, para suavizar as conseqüências do empreendimento como a contaminação das águas, o assoreamento dos leitos e drenagens, a poluição do ar, o comprometimento da biodiversidade, a lixiviação dos solos, o surgimento de erosões e voçorocas, o crescimento desorganizado da cidade e outros;
2. Uma rigorosa fiscalização jurídica especificamente dirigida à atividade mineradora. Afinal, toda empresa tem que ter responsabilidade social e ambiental, principalmente, quando a magnitude do impacto gerado for imensurável, como é o caso da mina em Conceição do Mato Dentro;
3. Dialogar com todos os setores envolvidos (sociais, políticos e empresariais);
4. Respeitar as culturas tradicionais;
5. Tornar transparente as ações efetuadas pela empresa Anglo Ferrous;
6. Incentivar as potencialidades da região como a agricultura, a pecuária e o turismo com o propósito diversificar a economia para que no futuro a municipalidade não fique totalmente dependente da atividade mineradora;
7. Evitar a fragmentação competitiva do espaço regional a serviço da lógica do mercado;
8. Avaliar os gastos antes de serem feitos, porque os recursos provenientes da mineração (impostos) são finitos;
9. Investir em saneamento básico, saúde, educação, meio ambiente, enfim, na melhoria da qualidade de vida;
10. Criar uma infraestrutura para o desenvolvimento do turismo na região (hotéis e restaurantes de melhor qualidade; sinalização e melhorarias aos acessos dos lugares de importância turística; aumento dos postos de informação sobre os atrativos), porque esta atividade gera empregos, desenvolve outras

atividades, estimula o comércio, os transportes, incentivando encadeamentos diretos e indiretos, contribuindo também para uma maior arrecadação de impostos. Portanto, devido às potencialidades que o município apresenta (seu patrimônio histórico, as belezas naturais e as tradições culturais e religiosas) o turismo poderá se tornar uma alternativa de desenvolvimento colaborando para a sustentabilidade econômica, cultural, social e ambiental;

11. Analisar e avaliar com profundidade as potencialidades e desafios para o desenvolvimento do turismo na região;
12. Promover pesquisas com o propósito de avaliar o grau dos impactos causados pela atividade mineradora ao turismo na região; e
13. Buscar como estratégia de desenvolvimento promover a correlação da proteção da área natural com a produção de benefícios para as populações tradicionais.

Em suma, é necessário cuidado e atenção em ter o setor mineral como fio condutor de desenvolvimento porque a atividade mineradora é transitória, seus recursos são finitos e escassos e o setor possui capacidade limitada de gerar encadeamentos. Esses fatores somados obrigam o governo e a sociedade organizada a cuidar desses recursos e fazer escolhas.

Este trabalho de mestrado busca contribuir para o entendimento da realidade que se apresenta, tendo como perspectiva a trajetória da mineração e seus impactos sobre o turismo na região. Assim, sinaliza que o município possui grandes reservas de minério de ferro e um território economicamente mal aproveitado. Portanto, a combinação destes fatores aplicada a uma variante política mais ativa na defesa dos interesses locais cria possibilidades, desde que haja uma combinação favorável de fatores internos e externos.

A partir desses apontamentos, não é possível restringir a explicação da dinâmica concepcionense à trajetória da indústria extrativa mineral, mas é preciso considerar a alta participação desse setor para o referido processo porque o mesmo tem sido o responsável por algumas das mais importantes alterações na estrutura produtiva local e, de imediato do desenvolvimento regional através da implantação do projeto Minas-Rio. Essas novas dinâmicas relacionadas à expansão e à reestruturação produtiva vêm resultando em processos regionais diferenciados tanto

na região central de Minas Gerais (Conceição do Mato Dentro) como no norte do estado do Rio de Janeiro (São João da Barra).

Não podemos deixar que as economias de localização produzam com um tempo deseconomias de localização. É necessário um planejamento que combata os desequilíbrios e enfrente as desigualdades.

O desafio é abarcar a questão social e das externalidades na análise privada dos investimentos. Estas questões são complexas e não se resolvem com soluções poéticas porque na maioria das vezes, interesses econômicos e sociais estão em campos opostos.

A experiência aqui tratada constitui apenas um ponto de partida para uma necessária reflexão e aprofundamento. Cabe assinalar que não foi possível analisar de maneira mais profunda a natureza desse processo, tampouco o grau de importância do turismo para a região. Portanto, no caso do município de Conceição do Mato Dentro, novas considerações devem ser tecidas e analisadas. Há necessidade da continuidade do estudo, especificamente das atividades ligadas aos três grandes setores (agropecuária, turismo e serviços), bem como às finanças públicas e à urbanização municipal.

Por fim, é imprescindível que a sociedade concepcionense, como um todo, se volte para o debate sobre o projeto Minas-Rio com o propósito de renovar opiniões e buscar soluções para os problemas locais e regionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR, D.; CAMBIAGHI, C. Impactos da mineração no interior do país. **Jornal da Câmara dos Deputados**, dez-2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2012.

ANGLO AMERICAN. **Relatório à Sociedade Anglo American Brasil**. 2011. Disponível em: <www.angloamerican.com.br>. Acesso em: 25 abr. 2012.

BARBOSA, F. F.. O turismo como fator de desenvolvimento local e/ou regional: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 6, n. 14, fev. 2005. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/volume14/artigo10_vol14.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2013.

BARBOSA, M. A. C.; ZAMBONI, R. A. A formação de um 'cluster' em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito – MS. **Texto para Discussão**. Brasília, n. 772, dez. 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2248/1/TD_772.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2013.

BAUMAN, Z. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BECKER, L. C. **Tradição e modernidade: o desafio da sustentabilidade do desenvolvimento na Estrada Real**. 2009. 446f. Tese (Doutorado em Ciência Política). IUPERJ. Rio de Janeiro. 2009.

BECKER, L. C.; PEREIRA, D. C. O projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentável: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ENRÍQUEZ, Maria. Amélia; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez (Eds.). **Recursos minerais & sustentabilidade territorial: grandes minas**. vol. 1. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.

BRANDÃO, V. In: AZEVEDO, J. H. Sustentabilidade: crescimento econômico com responsabilidade social. **Revista Brasileira de Administração**. ano 21, n. 87, p. 34-38, Mar./Abr. 2012.

BRASIL. Lei Complementar, n. 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 set. 1996. p. 18261.

Brasil. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. (DNPM) **Diretórios de procedimentos arrecadatários**. Disponível em: <<http://www.sistemas.dnmp.gov.br>>. Acesso em: 4 out. 2012.

Brasil .Ministério do Turismo. **Organização Mundial do Turismo**. Disponível em:<<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

CAMARGO CORREIA. **Mineroduto Minas-Rio**. Disponível em: <<http://www.camargocorrea.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

CAPÍTULO VI: Do Meio Ambiente (Art. 225). In: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

CARVALHO, L. M. T.; LOUZADA, J. N. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Minas Gerais: Abordagem Metodológica para caracterização do componente flora. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., Florianópolis, 2007. **Anais...** São Jose dos Campos: **INPE**, 2007 p. 3789-3796. Disponível em: <<http://martesid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.16.00.26/doc/3789-3796.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

CASTRO, Rodrigo Valle. **Conceição: guarde nos olhos II**. Camarela Studios, 2009. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=oysDR7sf5RU>. Acesso em: 5 set. 2012.

_____. **Conceição: guarde nos olhos III: Mumbuca**. Camarela Studios, 2009. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=DRCoXLCeovc. Acesso em: 6 set. 2012.

CINTRA, M. A. M.; FARHI, M. A crise financeira e o shadow banking. **Novos Estudos Cebrap**, n. 82, p. 35-55, 2008.

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO (MG). Câmara Municipal. **Resolução n. 3 de 2004. A Mesa Diretora da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, Promulga a presente Emenda à Lei Orgânica do Município de Conceição do Mato Dentro**. Disponível em: <<http://cmd.mg.gov.br/pdf/LEI-ORGANICA-DE-CONCEICAO-DO-MATO-DENTRO.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2013.

_____. **Lei Complementar, n 20 de 19 de dezembro de 2003. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Conceição do Mato Dentro**. Disponível em <<http://cmd.mg.gov.br/pdf/LC0202003-PLANO-DIRETOR-DE-CONCEICAO-DO-MATO-DENTRO.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2013.

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO (MG). **Documentação do ICMS Cultural: exercícios 1996/1999, 2000 e 2002**. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO (MG). Secretaria Municipal de Turismo. **Notícias sobre turismo**. Disponível em: <<http://cmd.mg.gov.br/secretarias-municipais/secretaria-municipal-de-turismo>>. Acesso em: 12 de jan. 2013.

COSTA, J. R. **Conceição do Mato Dentro: fonte da saudade**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

COUTINHO, M. Economia de Minas e economia da mineração em Celso Furtado. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, v.19, n. 03, p. 361-378, set./dez., 2008, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010363512008000300002&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2012.

DACORSO, D. O maior investimento do Brasil. **IstoÉ Dinheiro**: revista semanal de economia, Rio de Janeiro, n. 618, ago.-2009. Disponível em <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/221_O+MAIOR+INVESTIMENTO+DO+BRASIL>. Acesso em: 10 dez. 2012.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Brasil). **Direitos Minerários de Conceição do Mato Dentro**: Documento Interno. Brasília, 2010.

DIAS, Maria. **Mato Dentro**: viagens através dos tempos e contratempos da história de Conceição. Belo Horizonte: Dossiê Agência de Investigação Histórica, 1994.

DIVERSUS CONSULTORES ASSOCIADOS. **Diagnóstico Socioeconômico da área diretamente afetada (ADA) e área de influência direta do empreendimento (AID) da Mina da Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A.**: Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Belo Horizonte, 2011. <http://www.diversus.net.br/cmd/diagnostico_ada_e_ae.pdf>. Acesso em: Acesso em: 4 abr. 2012.

ENRIQUEZ, M. A. **Maldição ou dádiva?**: os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. 2007. 449f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/6417/1/Tese_Maria%20Amelia%20Enriquez.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

FAOSTAT data base. Disponível em <<http://faostat.fao.org/>>. Acesso em: 11 de Nov. 2012.

FARIA, Carlos Eugênio Gomes. **A mineração e o meio ambiente no Brasil**. Secretaria Técnica do Fundo Setorial Mineral. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. São Paulo, 2002, 39p. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/11321671/Mineracao-e-Meio-Ambiente-No-Brasil>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUEZ, M. A.; ALAMINO, R. C. J. (Ed.). **Recursos minerais & sustentabilidade territorial**: grandes minas. v. 1. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.

FERROSOS, não ferrosos e agregados: certificação 5 estrelas etecnologia de ponta, 20 de setembro: 200 maiores minas brasileiras. **Revista Minério & Minerales**. São Paulo, ano 34, n. 322, mai./jun. 2010.

FURBINO, Z. Brasil é a bola da vez para a Anglo. **Jornal Estado de Minas**. Belo Horizonte, abr. 2013. Disponível em <<http://www.em.com.br>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

_____. Disputa entre mineradoras e preservação deixa cidade em pé de guerra. **Jornal Estado de Minas**. Belo Horizonte, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.em.com.br>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. Justiça suspende atividade de mineradora em Conceição do Mato Dentro. **Jornal Estado de Minas**. Belo Horizonte, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.em.com.br>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

_____. Mineradora descumpre acordo com ministério público em Conceição do Mato Dentro. **Jornal Estado de Minas**. Belo Horizonte, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.em.com.br>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

GOUVEIA, N.; MIRANDA, A. C. Rio + 20: sustentabilidade e saúde coletiva. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 17, n.6, jun. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1413-81232012000600001&lang=pt>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**. ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: DINIZ, N. et al. (Org.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annblume, 2005.

ÍNDICE Firjan de desenvolvimento municipal: ano base 2008, 2007, 2006 e 2005. Rio de Janeiro : Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário**. Brasília, 1970.

_____. **Censo Agropecuário**. Brasília, 1980.

_____. **Censo Agropecuário**. Brasília, 1985.

_____. **Censo Agropecuário**. Brasília, 1996.

_____. **Censo Agropecuário**. Brasília. 2006. Disponível em: <[http://www .ibge.gov.br/cidades](http://www.ibge.gov.br/cidades)>. Acesso em: 6 jul. 2012.

_____. **Censo Agropecuário**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: Conceição do Mato Dentro - MG. Rio de Janeiro, 1955.

_____. **Incidência da Pobreza em Minas Gerais**. Brasília 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 25 out. 2012.

_____. **Produto Interno Bruto dos municípios 2002-2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 6 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Mineroduto Minas-Rio**. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br>>. Acesso em: 8 ago. 2012.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA/MG). **Diretrizes para a preservação do patrimônio cultural**. <<http://www.iepha.mg.gov.br/>>. Acesso em: 8 set. 2013.

INSTITUTO ESTRADA REAL - **Conheça um pouco o Instituto Estrada Real, sua atuação e seus objetivos**. Disponível em: <<http://www.estrada.real.org.br/>>. Acesso em: 10 de jun. 2013.

LAZZARINE, S. G. **Capitalismo de laços: os donos do Brasil e suas conexões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LLX. **Superporto do Açú, 2013**. Disponível em <<http://www.llx.com.br/pt/Paginas/default.aspx>> . Acesso em: 12 ago. 2013.

MACEDO, M. C. M. Integração lavoura e pecuária: o estado da arte e inovações tecnológicas. **Revista Brasileira de Zootecnia**. Viçosa, MG, v. 38, p. 133-146, jul. 2009. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rbz/v38 nspe/v38nspea15.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbz/v38/nspe/v38nspea15.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2013.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri, SP: Manole, 2004.

MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. In: MALERBA, J. (Org.) **Novo marco legal da mineração no Brasil: para quê? para quem?**. Rio de Janeiro, 2012.

MINAS GERAIS. **Decreto sem número, de 13 de julho de 2009**. Disponível em: <<http://hera.almg.gov.br>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Fundação João Pinheiro. Municípios mineiros: Conceição do Mato Dentro. **Revista Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 8, n. 10, out. 1978.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo. **Associação dos Municípios do Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó – AMPASC**. Disponível em: <[http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/ lista-de-circuitos/974-circuito-turistico-parque-nacional-da-serra-do-cipo-](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/lista-de-circuitos/974-circuito-turistico-parque-nacional-da-serra-do-cipo-)>. Acesso em: 12 de set. 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SISEMA). **Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A. Parecer Único SISEMA nº 1 de 2008. Processo COPAM nº 472/2007/001/2007**. Belo Horizonte, 2008.

MUNICÍPIOS mineiros: Conceição do Mato Dentro. **Revista Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 8, n 10, out. de 1978.

MONTIBILLER FILHO, G. **Desenvolvimento Sustentável: o mito do desenvolvimento sustentável, meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercados**. Florianópolis: UFSC, 2001.

MORÃES, G. D. **História de Conceição do Mato Dentro**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1942.

MOREIRA, I. Prefeito faz planos para quando o dinheiro sobrar. **Jornal Valor Econômico**. Belo Horizonte, dez. -2007, disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

_____. Na praça e no sermão, a cidade mineira debate o preço do progresso. **Jornal Valor Econômico**. Belo Horizonte, dez. 2007, disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

NOSSO futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

OLIVEIRA, E.; MANSO, J. R. P. Turismo Sustentável: utopia ou realidade? **Tékhnê: revista de estudos politécnicos**. Barcelos, PT, n. 14, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-99112010000200015&lang=pt>. Acesso em 06 mai. 2013.

PEREIRA, M. L. D.; MACHADO, L. A.; As políticas públicas para a preservação do patrimônio. **Revista Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável**. Belo horizonte, v. 2, n. 1, jan./abr. 2008. 40p. Disponível em <http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/70>. Acesso em: 6 set. 2013.

PEREIRA, M. F. V. Território e política: práxis invertidas e desafios da existência. **Revista Sociedade e Natureza**. Urbelândia, v. 23, n. 1, p. 95-104, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132011000100008&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2012.

PILÓ, C. **Cultos e tradições de Conceição do Mato Dentro**. Conceição do Mato Dentro: GRAF ENGE, 1980.

PINHEIRO, J. C. F.. A importância econômica da mineração no Brasil. **Apresentação RENAI**, ago. 2011.

PIQUET, R.; SERRA, R. (Org). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PRADO, S.; CAVALCANTI, E. C. **A guerra fiscal no Brasil**. São Paulo: FUNDAP, FAPESP; Brasília: IPEA, 2000.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano e condições de vida: indicadores brasileiros. In: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), 1998.

Ranking decrescente do IDHH_M dos municípios do Brasil. In: **Atlas de desenvolvimento humano**. Brasília. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), 2000. Disponível em: <[http:// www.pnd. org.br](http://www.pnd.org.br)>. Acesso em: 16 abr. 2010.

RODRIGUES, R. V.; TEIXEIRA, E. C. **Gasto público e crescimento econômico no Brasil**: uma análise comparativa dos gastos das esferas de governo. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 64, n. 4, p. 423-438, out./dez, 2010, Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo. php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402010000400005&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402010000400005&lang=pt)>. Acesso em: 2 jan. 2013.

SILVA, A.; PEDREIRA, L.; ABREU, P. A. A. **Serra do Espinhaço Meridional**: Paisagens e Ambientes. Belo Horizonte: O Lutador, 2005, 272p.

SILVEIRA, M. L.: Los territorios corporativos de la globalización. **Revista Memória Acadêmica**. La Plata, v. 3, n. 3, p. 13-26, jun./set. 2006. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3665/pr.3665.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

TRIGUEIRO, C. M. **Marketing [e] turismo**: como planejar e administrar o marketing turístico para uma localidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

VECCHIATT, K. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, p. 90-95 2004.

VIEIRA, M. Anglo anuncia solução para impasse do Minas-Rio. **Jornal Estado de Minas** Belo Horizonte, out. 2012. Disponível em: <[http:/ www.em.com.br](http://www.em.com.br)>. Acesso em: 15 set. 2013.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: _____ (Org.). **Desenvolvimento e conflitos sócio-ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-31.